

# Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 30

DIAP  
ANFIP

**INSS: "Investimos R\$ 900 bilhões, por ano, em pagamentos de benefícios previdenciários", diz secretário do RGPS (Notícias)**

..... 4

LINCE CONTÁBIL - NOTÍCIAS  
ANFIP

**Proteção do modelo brasileiro de Previdência pública é defendido em debate**..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Contribuinte perde discussão sobre tributação da Selic**..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
SEGURIDADE SOCIAL

**Informações sobre acúmulo de aposentadoria - SÃO PAULO RECLAMA**.....10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Gleisi defende mudar meta a mexer em aposentadoria**..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Programa social ganha espaço do trabalho na renda do brasileiro**..... 12

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Desoneração da folha de pagamento volta à pauta do Senado hoje**..... 15

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Sai hoje o gabarito oficial das provas objetivas do CNU**..... 16

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2**..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Senadores avaliam desoneração e armas**..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**STF pode invalidar imposto sobre previdência deixada como herança**..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Urgência constitucional da reforma divide Câmara e Senado**..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Representantes dos Três Poderes se reúnem para desatar o nó das emendas**..... 23

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Associação luta por alterações na Reforma Tributária e diz que proposta atual prejudica pessoas com deficiência**..... 26

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda do dia: Haddad e Campos Neto participam de evento do BTG ..... 27

VALOR ONLINE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

De volta ao PIB potencial ..... 29

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais empregados devem receber 14° ..... 31

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto de importação (Artigo) ..... 33

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conferência aborda falência e recuperação judicial ..... 34

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto do pecado e sustentabilidade (Artigo) ..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Com boas notícias dentro e fora do Brasil, Bolsa registra máxima histórica ..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"O cenário está aberto para o Copom", afirma Galípolo ..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado projeta inflação de 4,22%, indica Focus ..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

"Chegamos perto de fazer intervenção no câmbio" ..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Ibovespa, enfim, renova sua máxima histórica ..... 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Projeções reunidas no Boletim Focus apontam PIB e inflação maiores no ano ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ibovespa tem novo recorde e dólar cai 1% com exterior e BC ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Tom duro de Galípolo aumenta aposta favorável ao real ..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Galípolo vê "assimetria" no balanço de riscos, mas evita projeção ..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Inadimplência de micro e pequena empresa estaciona em patamar alto ..... 49

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Ibovespa fecha aos 135 mil pontos e registra recorde ..... 51

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado prevê inflação de 4,22% ..... 52

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado começa a prever selic a 12% no fim deste ano ..... 53

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM PARANÁ  
ECONOMIA

Mercado eleva de novo a projeção da inflação e do PIB para o ano ..... 54

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL  
ECONOMIA

Mercado financeiro prevê inflação de 4,22% para 2024 ..... 55

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Mercado eleva a previsão do IPCA pela 5ª vez seguida ..... 56

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Galípolo afirma que decisão do Copom sobre a Selic está aberta ..... 57

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
ECONOMIA

'O cenário está aberto para o Copom', afirma Galípolo ..... 58

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Economia brasileira segue aquecida no âmbito doméstico na expectativa do PIB ..... 59

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Galípolo explica por que Copom cogita elevar Selic ..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Minha Casa Minha ruma para recorde de contratações ..... 62

# INSS: "Investimos R\$ 900 bilhões, por ano, em pagamentos de benefícios previdenciários", diz secretário do RGPS (Notícias)

Em audiência pública na CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) do Senado Federal, realizada nesta segunda-feira (19), o senador Paulo Paim (PT-RS) comandou o debate interativo com tema "A Previdência Pública é viável". Um dos participantes foi o secretário do Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da **Previdência Social**, Adroaldo da Cunha Portal.

Paim (ao microfone) com Adroaldo da Cunha Portal, Leonardo Gomes Fonseca e José Hailton Diana Jr., da OAB | Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paim defendeu o atual modelo brasileiro de **Previdência Social** e demonstrou preocupação com propostas de possível nova reforma do sistema. "É imprescindível assegurar e proteger o atual modelo brasileiro de **Previdência Social**, porque ele atua como um verdadeiro seguro para o trabalhador, é um dos maiores distribuidores de renda do País. O sistema é rentável e o processo de privatização ou capitalização é inadmissível",

Na avaliação do senador, nova reforma previdenciária no País dificultará cada vez mais que os trabalhadores se aposentem, com aumento de requisitos ou tempo de contribuição; "por isso a necessidade de debater o tema", defende o senador gaúcho.

## CPI da Previdência

Paim também mencionou o relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Previdência, de 2017, no Senado, que comprovou a viabilidade do sistema previdenciário brasileiro, mas identificou problemas de gestão, sonegação e corrupção.

"A CPI da Previdência identificou que os problemas levantados sobre a Previdência são, na verdade, questões, ao longo desses anos, de gestão, arrecadação, fiscalização, sonegação, corrupção, desoneração e dos tais Refis", pontuou.

Anualmente, sobre o Refis (programa de renegociação

de dívidas tributárias), segundo o parlamentar, retira cerca de R\$ 1 trilhão dos cofres públicos. Desse total, segundo a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), em torno de R\$ 180 bilhões correspondem a débitos que podem ser, efetivamente, recuperados.

## Concessão de benefícios

O secretário Adroaldo Portal lembrou que a situação da **Previdência Social** em 2023 era crítica, quando ficou marcada por passivo de 2,5 milhões de pessoas aguardando benefícios previdenciários, e disse que o governo atual tem atuado para suprir essa demanda da sociedade.

"O quadro era muito grave. [Desde que foi implementada] a **Previdência Social** passou a ser o patinho feio da Esplanada. É o lugar onde é o sumidouro de gastos, onde os recursos públicos se vão numa quantidade astronômica", declarou.

Outro dado destacado pelo secretário do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**), a cargo do **INSS**, foi a singularidade do modelo brasileiro, que cobre mais de 70% da população economicamente ativa, sendo sustentado por contribuições de trabalhadores e empregadores.

## Investimento

"O ministro Lupi gosta muito de falar que Previdência não é gasto, é investimento. Nós investimos R\$ 900 bilhões, por ano, em pagamentos de benefícios previdenciários e atendemos mais de 40 milhões de pessoas", disse.

Apesar de a importância social da Previdência, Portal afirmou que "há uma agitação no mercado por uma nova reforma". Ele reafirmou a defesa do atual modelo, mas reconheceu que há necessidade de focar nas fontes de financiamento da Previdência.

"Precisamos, aqui no Congresso Nacional, e o governo tem falado sobre isso, é nos preocupar com

as fontes de financiamento da Previdência. Como foi aqui colocado, há perda de receita continuada. A gente, no governo, aboliu a palavra déficit da Previdência até por estarmos no campo progressista, mas reconhecemos que ficar depauperando a Previdência nos coloca numa situação de ter que encontrar formas de sustentá-la. E essa é uma responsabilidade não só do governo, mas do Congresso Nacional", finalizou Portal.

Outros participantes

O debate também contou com participação de representantes da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos); CUT (Central Única dos Trabalhadores); Sinssp (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo), do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil**); da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); **Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)** e Fenasps (Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social).

Assista a íntegra da audiência pública

**Site:**

**<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/9195>**  
**[3-inss-investimos-r-900-bilhoes-por-ano-em-](#)**  
**[pagamentos-de-beneficios-previdenciarios-diz-](#)**  
**[secretario-do-rgps](#)**

# Proteção do modelo brasileiro de Previdência pública é defendido em debate

Aproteção do atual modelo brasileiro de **Previdência Social** foi defendida por debatedores ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta segunda-feira (19). Autor do requerimento para a audiência pública, o presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), demonstrou preocupação com propostas de uma possível nova reforma previdenciária.

Intitulado "A Previdência pública é viável", o debate teve a participação de representantes de órgãos como o Ministério da **Previdência Social**, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** e a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Para Paim, ideias de privatização ou capitalização do sistema previdenciário ventiladas por especialistas são inaceitáveis, pois só servem aos interesses do setor financeiro, dos bancos e das empresas de previdência privada. O senador mencionou o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, aprovado por unanimidade no Senado em 2017, segundo o qual o sistema previdenciário é viável e rentável. De acordo com Paim, a CPI da Previdência identificou que os problemas enfrentados pelo sistema são, na verdade, questões de gestão, arrecadação, fiscalização, sonegação, corrupção e desonerações.

- O relatório da CPI identificou uma dívida de R\$ 450 bilhões de empresas privadas à Previdência. E para piorar essa situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional, somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis. Os grandes devedores devem ser obrigados a quitar suas dívidas, e os recursos da Previdência precisam ser destinados exclusivamente ao pagamento de benefícios para aqueles que contribuíram ao longo de toda a vida, ou seja, o povo trabalhador brasileiro, os aposentados e pensionistas - disse o senador.

Paim defendeu que o dinheiro da Previdência deve ficar na Previdência, não podendo ser desviado para outros fins. Ele também considerou imprescindível assegurar e proteger o atual modelo brasileiro de **Previdência Social**, "que atua como um verdadeiro seguro para o trabalhador, garantindo os meios indispensáveis para a manutenção dele e de seus familiares em situações de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, prisão

ou morte".

- Qualquer governo, antes de apresentar propostas de reforma, deve compreender que, por trás dos números e gráficos, existem vidas, corações que batem, almas que choram, mãos calejadas pelo suor de anos de trabalho e sonhos que não podem ser apagados - declarou o senador.

O secretário do Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da **Previdência Social**, Adroaldo da Cunha Portal, reforçou que há uma "agitação no mercado" por uma nova reforma previdenciária no Brasil. Especialistas têm levantado a necessidade de uma reformulação do sistema, citando os gastos com benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), como aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além do aumento do salário-mínimo.

Portal declarou, no entanto, que o Poder Executivo não tem sido chamado para apontar números ou discutir a questão.

Segundo o debatedor, o mercado tem defendido, por exemplo, o aumento da idade mínima de aposentadoria para 70 anos. Ao observar que o regime previdenciário no país é solidário e subsidiado, onde a contribuição do trabalhador ajuda a pagar quem já se aposentou, Portal pontuou que os brasileiros devem se orgulhar do sistema. Ele ressaltou, no entanto, que a Previdência deve ser defendida com realismo, e sempre rediscutida, para garantir novas fontes de financiamento e manutenção.

- Previdência não é gasto, mas investimento. Reconhecemos que ficar depauperando a Previdência nos leva a buscar formas de sustentá-la, o que é uma responsabilidade não apenas do governo, mas do Congresso Nacional também.

A necessidade da contratação de mais **servidores públicos** para combater fraudes previdenciárias no país foi defendida pelo vice-presidente de Assuntos da **Seguridade Social** da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Wanderson Dias Ferreira. Para ele, é preciso uma gestão mais agressiva na apuração de eventuais desvios na concessão de benefícios sociais e a contratação de novos servidores para o órgão, com

essa finalidade, se mostra fundamental. Ao destacar que a **Receita Federal** tem tido um decréscimo substancial no número de funcionários, o debatedor disse ser urgente a atuação no combate à sonegação tributária, especialmente a que é voltada para a contribuição previdenciária nacional.

- É necessária a recomposição desses quadros para a gente conseguir otimizar as receitas e as despesas e promover o equilíbrio. A **Anfip** está sempre em defesa da **Previdência Social** porque a gente precisa construir uma Previdência mais forte, mais justa e mais solidária.

A necessidade de um debate fiscal e a busca por instrumentos para combater fraudes e fortalecer o sistema previdenciário do país foi defendida também pelo secretário nacional de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ari Alorald do Nascimento. Na opinião do convidado, a **Previdência Social** envolve inúmeros aspectos que precisam ser discutidos e aprofundados no âmbito do Congresso Nacional, com vistas "à saúde financeira do sistema".

- Tanto no Senado quanto na Câmara, há muitos pontos que precisam ser aprofundados, para a construção de uma política de enfrentamento do desvirtuamento dos recursos da Previdência. Do nosso ponto de vista, o Parlamento tem legislado sem olhar para a questão técnica, já que muitas políticas elaboradas aqui têm impacto sobre a arrecadação, e não adianta depois dizer que a Previdência está deficitária. O próprio ato legislativo tem fragilizado cada vez mais as fontes financiadoras; então, discutir o tema e construir entendimentos é algo fundamental para a saúde financeira da **Previdência Social** no nosso país.

Representando a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Silberto Silva disse que a entidade está apreensiva com a possibilidade de uma nova reforma da Previdência. Para ele, a eventual extinção do 13º salário para aposentados é um dos pontos mais preocupantes nessa discussão:

- Vamos lutar por nossos direitos e temos a certeza de que vamos conseguir equilibrar essa situação. A gente agradece o convite e parabeniza o Senado por essa audiência pública, onde temos o senador Paulo Paim como um defensor dos aposentados e da classe mais humilde da nossa nação.

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo, Leonardo Gomes Fonseca ressaltou a greve da categoria deflagrada desde o dia 10, por meio da qual

os servidores reivindicam uma mesa de negociação junto ao Ministério da Gestão. O intuito dos servidores é garantir reajuste salarial de 33% até 2026, melhores condições de trabalho e valorização dos técnicos do seguro social com a exigência de curso superior para ingresso na carreira.

O movimento grevista impacta a concessão de benefícios como aposentadorias, pensões e BPC, além das revisões e dos atendimentos presenciais. Segundo Leonardo, ainda não houve abertura da mesa de negociação pelo governo.

- A Previdência pública só conseguirá prosperar se houver equilíbrio na parte da arrecadação, da gestão e da valorização dos servidores - defendeu o debatedor.

**Site:**

<https://www.lincecontabilgo.com.br/noticias/tecnicas/2024/08/20/protecao-do-modelo-brasileiro-de-previdencia-publica-e-defendido-em-debate.html>

# Contribuinte perde discussão sobre tributação da Selic

**Arthur Rosa De São Paulo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu não julgar, em repercussão geral, uma questão relevante para os contribuintes: a incidência do PIS e da Cofins sobre a taxa básica de juros, a Selic, aplicada na restituição de **tributos** pagos a maior (repetição de indébito). Os ministros, em votação no Plenário Virtual finalizada na noite de sexta-feira, entenderam que a discussão tem natureza infraconstitucional - ou seja, a última palavra é do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A decisão frustrou as expectativas dos contribuintes, que esperavam um julgamento no Supremo para virar o jogo nessa tese, depois de uma derrota no STJ. O que fica valendo é o entendimento da 1ª Seção, que manteve a tributação em análise de recursos repetitivos, com efeito vinculante para as demais instâncias.

O julgamento foi realizado em junho e, além da repetição de indébito, discutia a tributação da Selic sobre a devolução de depósitos judiciais e pagamentos efetuados por clientes em atraso (Tema 1237). A decisão dos ministros foi unânime e pode, segundo tributaristas, custar mais caro para os contribuintes do que eles imaginavam.

A **Receita Federal** trata a Selic como receita financeira, cuja alíquota é de 4,65%. Porém, com a publicação do acórdão do STJ, ficou claro ter prevalecido o entendimento de que ela seria receita operacional- alíquota de 9,25%.

Esse ponto pode ser agora discutido no julgamento de novos recursos (embargos de divergência). A sessão está marcada para o dia 28 e inclui outros pedidos, como ajustes na tese aprovada pelos ministros. Foram solicitados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para que as instituições financeiras, no regime cumulativo de PIS e Cofins, possam escapar da tese.

A tese fixada diz que "os valores de juros, calculados pela taxa Selic ou outros índices, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados decorrentes de obrigações contratuais em atraso, por se caracterizarem como receita bruta operacional, estão na base de cálculo das contribuições ao

PIS/Pasep e Cofins cumulativas e, por integrarem o conceito amplo de receita bruta, na base de cálculo das contribuições ao PIS/Pasep e Cofins não cumulativas".

No STJ, os contribuintes também acreditavam que venceriam essa discussão. A esperança veio com o julgamento do Supremo, em setembro de 2021, que afastou a incidência do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL sobre a Selic. Os ministros entenderam que esses valores são mera recomposição do patrimônio, não se inserindo no conceito de lucro (Tema 962).

Para os contribuintes, o julgamento do STF poderia levar à conclusão de que esses valores também não deveriam compor o conceito de receita para fins de incidência das contribuições sociais. Porém, afirma o advogado Eduardo Suessmann, sócio do SBP Law, o STJ deixou claro, na decisão, a diferença entre os dois casos.

"Os ministros [do STJ] entenderam que os juros não podem ser tributados pelo IRPJ e CSLL porque não configuram renda, mas podem ser tributados pelo PIS e pela Cofins porque configuram receita", diz o advogado. "Agora, parece não haver saída", acrescenta ele, lembrando que o STJ analisou a questão depois do precedente do Supremo.

No julgamento agora sobre a repercussão geral, os ministros seguiram o voto do relator, Luís Roberto Barroso, presidente do STF. Ele afirma que a tese defendida pelo contribuinte é de violação a artigos da Constituição, tendo em vista que o conceito constitucional de receita pressuporia o ingresso de novo recurso financeiro ao patrimônio do contribuinte.

Para ele, "o valor de atualização pela Selic, contudo, teria natureza indenizatória, já que se destinaria a recompor a perda patrimonial relacionada à exigência indevida de **tributos**". E acrescenta: "Ocorre que a controvérsia exige o exame de legislação infraconstitucional. A ofensa à Constituição, se existisse, seria indireta ou reflexa, o que inviabiliza o processamento do recurso extraordinário" (RE 1438704 ou Tema 1314).

Caio Cesar Nader Quintella, sócio de Nader Quintella Advogados, considera a decisão temerária. "Temos aqui, mais uma vez, a inconstância do STF com o



critério de verificação da abrangência da matéria constitucional direta de PIS e Cofins, que em passado recente foi considerada muito mais ampla, permitindo o julgamento. No caso específico, para o contribuinte parece haver uma condenação definitiva ao entendimento desfavorável firmado pelo STJ, beneficiando as perspectivas de arrecadação da Fazenda Nacional."

"Agora, parece não haver saída para os contribuintes"  
Eduardo Suessmann

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961>

# Informações sobre acúmulo de aposentadoria - SÃO PAULO RECLAMA

## **SÃO PAULO RECLAMA**

Reclamação de Eliel Queiroz: "Preciso de informações do **INSS** porque já liguei no 135 e fui ao posto presencial em Santo André, no ABC paulista, e as informações passadas pelos servidores, em ambas as situações, foram incertas, não me passando confiança. Tenho 43 anos de idade e há aproximadamente 13 anos sou professor efetivo de educação básica na Prefeitura de São Paulo contribuindo pelo regime próprio. Antes de ser professor, trabalhei em várias empresas e possuo alguns anos de contribuição pelo regime geral do **INSS**.

Quero saber se poderei ter três aposentadorias."

Resposta do **INSS**: "Informamos que é possível acumular aposentadorias do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS), desde que estas tenham origem em cargos acumuláveis, como é o caso de professor.

Sobre esse assunto, deve-se procurar o instituto de aposentadoria do órgão público responsável. Já em relação ao acúmulo de aposentadoria do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), que é pago pelo **INSS**, com aposentadoria do RPPS, informamos que essa acumulação é possível, desde que a pessoa não utilize o mesmo período de trabalho nos dois regimes."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Gleisi defende mudar meta a mexer em aposentadoria

**VERA ROSA BRASÍLIA**

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse não ver nenhum sentido na proposta de desvincular o pagamento das aposentadorias do **INSS** da política de aumento real do salário mínimo e afirmou que, nesse caso, seria melhor mudar o arcabouço fiscal. O cardápio de medidas destinadas a conter os gastos é a principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o ajuste das contas públicas.

"Entre mexer na vinculação do salário mínimo e mudar o arcabouço, tem de mudar o arcabouço.

Simple assim", afirmou a deputada ao Estadão.

Em junho, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu a revisão de vinculações do mínimo a pagamentos como Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e abono salarial. Haddad garantiu, na época, que a ideia não estava em estudo.

Conhecida por suas divergências com Haddad, Gleisi não concorda com avaliações da equipe econômica de que é preciso fazer tudo para cumprir o arcabouço fiscal. Para ela, em alguns casos, como o da Previdência, é melhor mexer no arcabouço.

A deputada também está em lado oposto ao do titular da Fazenda quando o assunto é a autonomia financeira e orçamentária do Banco Central (BC). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do tema está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Haddad disse ser favorável à autonomia financeira do BC para investimento em tecnologia e qualificação de funcionários, embora seja contra transformar o banco em empresa pública.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Programa social ganha espaço do trabalho na renda do brasileiro

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Apesar do vigor do mercado de trabalho, que vem se mostrando mais aquecido que o previsto, os brasileiros hoje dependem mais da renda de programas sociais e menos da do trabalho. A participação do mercado de trabalho na renda domiciliar diminuiu nos últimos dois anos, enquanto a de benefícios sociais cresceu, mostra levantamento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Na população total, a participação do trabalho na renda domiciliar passou de 75,3% em 2021 para 74,2% em 2023, enquanto a de programas sociais foi de 2,6% para 3,7%. No Nordeste, região mais pobre do país, esse percentual subiu de 6,8% para 9,7% no período, mostra o estudo "Composição de renda e inserção no mercado de trabalho: uma análise com foco no Nordeste e na população em extrema pobreza", antecipado ao Valor.

Na população que se encontra em situação de extrema pobreza, a participação do trabalho na renda caiu de 36,1% em 2021 para 21,6% em 2023. Já a de programas sociais foi de 56% para 73,3%.

O aumento da importância desses programas na renda domiciliar ocorreu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste (de 60,4% para 78,8%) e o Centro-Oeste (de 49,3% para 68%).

"É na região Nordeste que a participação da renda dos programas sociais é mais relevante", afirma o levantamento, ao lembrar a fatia de quase 80% dos programas sociais na composição da renda das famílias em situação de extrema pobreza na região.

Segundo Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibre, a ideia do levantamento surgiu de um estudo anterior que mostrou redução de mais de 50% da parcela da população em extrema pobreza entre 2021 e 2023, quando caiu de 9% para 4,4%.

"Desconfiávamos que essa redução se devia ao aumento do Bolsa Família e ao mercado de trabalho fortalecido. Mas decidimos mergulhar nos números para entender", conta. "E, para a nossa surpresa, constatamos que o mercado de trabalho teve pouca

influência na redução da condição de extrema pobreza. Foram os benefícios sociais que ganharam relevância." O foco do estudo no Nordeste é justificado pelo fato de ser a região onde vivem 4,8 milhões dos 9,5 milhões em condição de extrema pobreza, acrescenta.

O crescimento do percentual dos programas sociais e a diminuição da taxa correspondente ao trabalho é intrigante no momento em que o mercado está bastante aquecido, registrando recordes na criação de vagas e alta dos rendimentos provenientes do trabalho.

Economistas, argumentam, contudo, que isso é explicado pela aceleração mais forte da renda proveniente de programas sociais do que a do trabalho "Se a massa de renda do trabalho está crescendo e perdendo participação na massa ampliada, isso significa que as demais fontes de renda estão crescendo mais que a do mercado de trabalho", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores.

Ao longo de 2022 e 2023, a massa salarial teve forte crescimento, lembra Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria.

"Para além da recuperação da população ocupada, o crescimento da massa foi beneficiado pela valorização do salário mínimo", afirma Assis, ao mencionar o reajuste de R\$ 1.212 para R\$ 1.302, efetivado em janeiro de 2023, e o para R\$ 1.412, que passou a vigorar em janeiro deste ano.

Por outro lado, ele argumenta, a forte injeção de recursos federais previdenciários e assistenciais impulsionaram o crescimento da renda proveniente dos programas sociais nos três últimos anos.

Ele cita como exemplos as rodadas do Auxílio Emergencial em 2020 e 2021, a transformação do Bolsa Família em Auxílio Brasil, assim como a elevação do valor de R\$ 200 para R\$ 600 em 2022, a inclusão de 7 milhões de famílias, além do benefício adicional por criança na última reformulação do programa, em 2023, quando voltou a se chamar Bolsa Família.

Soma-se a isso, a ampliação de benefícios previdenciários e acidentários emitidos pelo Instituto

Nacional do Seguro Social (**INSS**) em 2022 e o choque positivo da valorização do salário mínimo no Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), diz.

Assis argumenta que tanto a perda de espaço da renda do trabalho quanto o crescimento da advinda de programas sociais são mais acentuados no Nordeste pelo fato de a região ter mais pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

O reajuste do BPC e de outros benefícios previdenciários pela regra do salário mínimo é apontada por economistas como um empecilho para equilibrar as contas públicas. A ideia de desvincular, no entanto, já foi descartada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**Participação** O estudo do FGV Ibre confirma que a dinâmica do mercado de trabalho possui estreita relação com a situação de pobreza.

Na tentativa de mostrar as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre a população total e a população em extrema pobreza, o estudo mostra que a taxa de participação - parcela da população em idade para trabalhar que está ocupada - subiu de 60,6% em 2021 para 62,4% em 2023 no Brasil.

No período, a taxa de desocupação caiu de 14% para 7,8%.

O Nordeste, contudo, é a única região cuja taxa de desemprego permanece acima da nacional (11%), o que também ajuda a explicar a maior importância dos programas sociais na renda domiciliar de quem vive ali.

"A desocupação no Brasil é de 7,8%, mas no Nordeste é de 11%, quase três pontos acima da nacional.

É como se houvesse uma dinâmica no mercado de trabalho a uma velocidade no Brasil, e outra a uma velocidade diferente no Nordeste", diz Ataliba, ao notar que a taxa de participação da região é de 54,4%, a mais baixa do país.

O estudo afirma que pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza possuem um acesso precário ao mercado de trabalho. Além de terem maior dificuldade de obter ocupação, quando a conseguem, geralmente são em postos informais e de remuneração baixa.

"Quando olhamos para programas sociais, temos de avaliar que o aumento de renda é positivo para uma população com acesso muito precarizado ao mercado de trabalho.

Se houvesse um mercado de trabalho mais dinâmico, com crescimento gerando [mais] oportunidades, haveria maior absorção dessas pessoas também", afirma Vitor Hugo Miro, pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

Ele nota que quanto mais à margem uma pessoa está do mercado de trabalho, maior a importância dos programas sociais para ela.

Ao analisar a população em situação de pobreza extrema, o estudo revela que enquanto a taxa de participação caiu de 40,6% em 2021 para 31,6% em 2023, a de desocupação foi de 60,8% para 59,8% no período.

O texto aponta ainda a redução da taxa de participação dos extremamente pobres como forte evidência de um mercado de trabalho que não absorve a mão de obra disponível e dos efeitos diretos de mudanças feitas nos programas sociais, como aumento da cobertura e do valor das transferências.

"A ampliação da participação da renda proveniente de programas está associada à reduzida taxa de desocupação no Brasil devido ao potencial desincentivo à busca por ocupação, gerado tanto pelo próprio aquecimento do mercado de trabalho quanto pelo aumento dos benefícios sociais e previdenciários vinculados ao salário mínimo, permitindo membros do domicílio a se dedicarem a outras atividades não remuneradas, como estudos ou afazeres domésticos", diz Assis.

O Nordeste ostenta o pior quadro dentre as regiões no que diz respeito à participação no mercado de trabalho. Enquanto a taxa de participação passou de 38,2% para 29,5% entre 2021 e 2023, a de desemprego subiu de 54,4% para 57,6%.

As outras regiões seguiram o padrão nacional, ou seja, de queda de ambas as taxas.

"O ideal é que as pessoas se formalizem, participem da atividade.

Mas as características da região são muito mais difíceis que na média nacional", afirma João Mário de França, pesquisador do centro do FGV Ibre. "Além de um mercado de trabalho muito menos aquecido, a escolaridade no Nordeste é menor que a média nacional." Segundo França, pensando no médio e longo prazo, é necessário investir em educação para que os extremamente pobres consigam sair da situação de vulnerabilidade e acessem o mercado. Esse tipo de investimento também ampliaria a possibilidade de inserção laboral das gerações futuras, afirma.

O estudo mostra, por fim, que a taxa de informalidade passou de 39,5% em 2021 para 39,2% em 2023 em todo o país, mas no Nordeste atinge 52,1% das pessoas ocupadas.

"Crescimento da massa foi beneficiado pela valorização do salário mínimo"

Lucas Assis

"Mercado de trabalho teve pouca influência na redução da condição de extrema pobreza"

Flávio Ataliba

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961?page=4  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961?page=4&section=1)**

# Desoneração da folha de pagamento volta à pauta do Senado hoje

O Senado tentará votar hoje o projeto de lei que estabelece o regime de transição para a retomada da tributação sobre a folha de pagamento de empresas de 17 setores econômicos e de prefeituras. A votação, que estava prevista para a semana passada, depende de acordo sobre o pacote de medidas de compensação apresentado pelo relator, o líder de governo Jaques Wagner (PT-BA).

O ponto mais polêmico do pacote é o aumento na tributação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), que passaria de 15% para 20%. O mecanismo permite que o lucro distribuído a acionistas seja enquadrado como despesa e, portanto, abatido do Imposto de Renda.

Setores como o de telecomunicações criticaram a proposta. A oposição também afirmou que não apoiará qualquer medida de aumento de imposto.

O objetivo do pacote é compensar o impacto da prorrogação da desoneração até 2027.

A cifra é estimada pela equipe econômica do governo em cerca de R\$ 26 bilhões apenas neste ano. As ações também incluem o endurecimento nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no seguro-defeso (auxílio pago a pescadores artesanais), entre outros.

Já o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ficou de fora do texto.

Manutenção de empregos Outro ponto criticado por empresários e parlamentares é a obrigação de que as empresas desoneradas mantenham a quantidade total de empregados, sob pena de perderem acesso ao benefício.

Se for aprovado pelo Senado, o projeto de lei ainda terá que ser analisado pela Câmara dos Deputados O que prevê o relatório

## COMO FICA A DESONERAÇÃO

Atualmente em vigor, a desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta das empresas dos 17 setores econômicos que mais empregam no país.

O texto mantém o benefício em 2024 para as empresas e estabelece a retomada gradual da tributação a partir do ano que vem. A alíquota seria de 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e 20% em 2028. Durante toda a transição, a folha do 13º salário continuaria integralmente desonerada.

Em relação à folha das prefeituras de municípios com até 156 mil habitantes, o relatório estabelece a manutenção da alíquota de 8% este ano e um aumento gradual a partir do ano que vem: 12% e 2025, 16% em 2026 e 20% em 2027.

## AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

Aumento na cobrança de Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20% - só poderá começar a valer em janeiro de 2025.

Endurecimento no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e seguro-defeso (benefício pago a pescadores artesanais).

Atualização do valor de bens imóveis no Imposto de Renda por pessoas físicas e jurídicas.

Repatriação de ativos mantidos no Exterior por pessoas físicas e jurídicas.

Renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras.

Pente-fino para identificar e corrigir irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e em programas sociais, já anunciado pelo governo federal.

Uso de valores de depósitos judiciais esquecidos, inclusive precatórios - o prazo para resgate cai de 25 para dois anos.

dida

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240820&edicao=30331>

# Sai hoje o gabarito oficial das provas objetivas do CNU

Será divulgado hoje, conforme cronograma do Concurso Nacional Unificado (CNU), o gabarito preliminar oficial das provas objetivas. Os candidatos poderão conferir na página oficial do certame: [www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional](http://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional).

Após a divulgação, os participantes do concurso terão hoje e amanhã para recorrer, caso não concordem com alguma questão. Segundo o calendário do Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos (MGI), a imagem do cartão-resposta estará disponível em 10 de setembro. As notas finais das provas objetivas, após avaliados os recursos, sairão em 8 de outubro.

Para esse mesmo dia está prevista a divulgação da nota preliminar das provas discursivas. Pedidos de revisão poderão ser feitos em 8 e 9 de outubro. A nota definitiva da discursiva sairá no dia 17 daquele mês. Já o resultado final, com a relação de todos os aprovados, estará disponível no dia 21 de novembro.

O MGI disponibilizou no site do CNU um link para baixar, em formato PDF, os cadernos de questões. Isso pode ser feito também na página da Cesgranrio (organizadora do concurso) dedicada ao CNU, por meio de login no Gov.br. Estão disponíveis as questões dos oito blocos de conhecimento.

Apelidado de "Enem dos Concursos", por seu tamanho e número de inscritos (2,1 milhões), o CNU teve 970.037

participantes, segundo dados divulgados ontem pelo MGI. A abstenção foi de 54,12%, dentro da média histórica de outros concursos no país, que é em torno de 50%. As provas foram aplicadas no domingo passado (8), em 228 cidades de todos os estados e no Distrito Federal. Estão em jogo 6.640 vagas em 21 órgãos da administração pública federal, com salários iniciais entre R\$ 4.407,90 e R\$ 22,9 mil, conforme o cargo.

Veja relação candidato-vaga

O MGI divulgou ontem a relação candidato/vaga de todos os cargos do CNU. A lista não leva em conta as abstenções, de mais de 54%, e considera o total de inscritos.

Entre todos os oito blocos temáticos, a média geral é de 318,4 candidatos por vaga. O cargo com maior concorrência foi do bloco 1, o de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas no IBGE, com especialidade em engenharia civil: 28.534 inscritos para uma vaga. Dos 10 cargos com maior concorrência, 5 são do bloco 1.

A segunda maior relação candidato/vaga é do bloco 7: Analista Administrativo na Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**, com 25.164,6. No bloco 5, com 22.131 candidatos por vaga, há o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no MGI, para pedagogos. Outra função com relação alta de candidatos por vaga é do bloco 4, a de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no MGI: 18.216,8.

**ABSTENÇÃO** Dos candidatos inscritos, 54,12% não compareceram ao exame no domingo

**FIQUE DE OLHO:**

10 de setembro Disponibilização da imagem do cartão-resposta.

8 de outubro Saem as notas finais das provas objetivas e nota preliminar da discursiva.

9 e 10 de outubro Envio dos títulos.

17 de outubro Nota final das discursivas.

19 de novembro Resultado final da avaliação de títulos, após revisão.

21 de novembro Resultado final, com os aprovados no concurso.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>



# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

**Publicado em 20/08/2024 - 07:05**  
**Agência Brasil - Brasília**

**Por**

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (20) a parcela de agosto do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 681,09. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,76 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,12 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que se concentra nas pessoas mais vulneráveis com direito ao complemento de renda, mas que não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,74 milhões de famílias estão na regra de proteção em agosto. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,04.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta terça-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 2. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-08/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

# Senadores avaliam desoneração e armas

O Senado fará um esforço concentrado para a votação de matérias pendentes nesta semana, mesmo em regime semipresencial. Diante do início das campanhas eleitorais, os parlamentares foram autorizados a permanecerem em suas bases para participar de palanques de aliados até o final de agosto.

Mesmo com o plenário esvaziado, está prevista para esta terça-feira a apreciação do projeto que trata das medidas de compensação para a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos.

A votação foi adiada na semana passada devido a falta de consenso sobre o novo texto.

O substitutivo apresentado na última quinta-feira pelo líder do governo no Senado e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), sugere o aumento da cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20%, para repor a perda dos cofres da União a prorrogação do benefício tributário.

O líder da oposição, senador Marcos Rogério (PL-RO), já sinalizou que vai pedir a retirada do dispositivo do texto e é contra qualquer tipo de aumento de imposto. Segundo ele, o substitutivo "vai contra ao acordado no Colégio de Líderes, que fez o indicativo de apoio a uma proposta que não implicasse em aumento de carga tributária".

O aumento do JCP foi uma sugestão da Fazenda como alternativa para substituir o aumento de 1 ponto percentual na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também enfrentou forte rejeição entre os senadores.

Jaques Wagner trabalha para apresentar nesta terça uma nova versão do texto, que conte com maior apoio dos parlamentares. Ele afirmou que agregaria o maior número de emendas possíveis ao projeto para "aproximar o texto" das demandas dos senadores.

Os parlamentares têm pressa para cancelar um consenso sobre o tema, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) impôs prazo até o dia 11 de setembro para que o Executivo e o Legislativo encontrem uma solução acordada. Após a aprovação na Casa Alta, o texto ainda deve ser encaminhado para a Câmara.

Armas Também deve ser retomada nesta terça a votação do projeto que anula parte do decreto de Lula sobre armas. O texto aprovado pela Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) derruba a determinação do governo que proibia que clubes de tiro desportivo ficassem a menos de um quilômetro de distância de escolas públicas ou privadas.

A votação em plenário foi suspensa a pedido do governo devido à complexidade do tema. O líder da oposição concordou com a retirada de pauta, mas disse que o argumento da base governista poderá ser utilizado também pela oposição na votação de matérias do interesse do Executivo. "Estou apenas advertindo porque, em outro momento, pode ser que tenhamos uma matéria onde a oposição tenha divergências e esses mesmos argumentos poderão ser utilizados e deverão ser considerados", alertou Marcos Rogério.

Tributária travada Na Câmara não há sessões nem comissões temáticas previstas para esta semana.

A Casa retorna às atividades presenciais entre os dias 26 e 28 de agosto.

Líderes partidários aproveitam o calendário afrouxado para negociar um acordo com o Supremo sobre as regras para a liberação das emendas impositivas, apelidadas de emendas Pix.

Os deputados também deixaram pautas pendentes, entre elas o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**.

A votação do texto foi suspensa na última semana em retaliação à suspensão de emendas pelo Supremo. A expectativa é de que a tramitação do projeto seja retomada entre 9 e 11 de setembro, quando serão votadas matérias prioritárias.

Esta segunda parte trata das regras sobre o Comitê Gestor que administrará o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

O tributo foi criado pela reforma para substituir os atuais ISS (Imposto Sobre Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/20-08-2024.html?all=1>

# STF pode invalidar imposto sobre previdência deixada como herança

**CLAYTON FREITAS**

A decisão da Câmara dos Deputados de incluir na **reforma tributária** a cobrança de imposto sobre herança em planos de previdência privada - proposta que havia sido retirada do projeto original do governo - pode se tornar inócua dependendo de entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo tributaristas consultados pelo Estadão. A previsão é de que o julgamento do mérito da questão aconteça ainda neste mês, sob a relatoria do ministro Dias Toffoli.

A taxação consta do textobase do segundo projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**, aprovado na terça-feira passada, por 303 votos a favor e 142 contra.

O texto, do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), prevê a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) sobre planos de previdência do tipo PGBL e VGBL, com isenção para aplicações mais antigas, embora alguns Estados já apliquem tal cobrança.

Outros governos estaduais, mesmo tendo previsão legal para isso, preferem isentar a cobrança.

Para tributaristas, a decisão da Câmara pode ficar sem validade dependendo da decisão do STF sobre o assunto. "O STF vai analisar o tema 1.214 (um caso do Rio sobre a incidência do ITCMD sobre o VGBL e PGBL, que começou a tramitar no fim de 2021). Apesar de serem coisas andando em paralelo, o caso do Rio faz menção a outros Estados, e a decisão do STF poderá ter efeito vinculante se a cobrança for considerada inconstitucional", afirma o advogado Rodrigo Accioly, sócio-gestor e integrante das áreas tributária e de Direito Público do Queiroz Cavalcanti Advocacia.

Se o entendimento do STF for de que o imposto não poderá ser cobrado, o caso deve ter a chamada repercussão geral e ser aplicado para ações semelhantes.

Isso ocorrerá mesmo que a criação do ITCMD sobre VGBL e PGBL passe no Congresso.

PRECEDENTE. O tema chegou ao STF após o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro declarar a

inconstitucionalidade do tributo sobre o VGBL, mas a constitucionalidade da incidência sobre o PGBL. A lógica é a de que o VGBL se assemelharia a um seguro e, assim, não entraria como herança, segundo entendimento extraído do Código Civil.

"Se estamos falando de natureza indenizatória, não estamos falando de um bem. Seria incoerente a cobrança. É como se alguém fosse obrigado a pagar Imposto de Renda caso tivesse a casa destruída e recebesse a indenização", afirma Luiz Felipe Baggio, consultor jurídico, especialista em planejamento sucessório, proteção patrimonial e family office.

O VGBL é considerado um seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência devido à sua estrutura de funcionamento, onde não há garantia de rentabilidade mínima durante o período de acumulação dos recursos.

A rentabilidade do plano é diretamente atrelada ao desempenho do fundo de investimento escolhido pelo segurado, podendo variar conforme o perfil de investimento, desde opções mais conservadoras até as mais agressivas (mais informações nesta página).

O texto aprovado na Câmara prevê que o pagamento do imposto ficará a cargo das entidades que administram os planos, com responsabilidade subsidiária do contribuinte favorecido.

Para a advogada Carolina Pereira Rezende, especialista em Direito Tributário do Briganti Advogados, essa medida facilitará o acesso aos valores.

As diferenças

O que são

PGBL e VGBL são os principais planos de previdência privada oferecidos no mercado hoje. PGBL é uma sigla para Plano Gerador de Benefício Livre. Já VGBL quer dizer Vida Gerador de Benefício Livre

Como funciona o PGBL

Os dois planos são semelhantes, mas há diferença na tributação.

O PGBL leva vantagem na cobrança para prazos mais longos, de 20, 30, 40 anos. Nesse plano, o detentor pagará o Imposto de Renda sobre o montante total resgatado ou recebido sob a forma de renda

Como funciona o VGBL

Já o VGBL funciona como um fundo tradicional de ações ou renda fixa, e o investidor paga Imposto de Renda sobre os rendimentos

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Urgência constitucional da reforma divide Câmara e Senado

*Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília*

A regulamentação da **reforma tributária** enfrenta um impasse na Câmara e no Senado por divergências entre as Casas sobre a manutenção ou não da urgência constitucional de 45 dias determinada pelo governo no texto principal. A situação tem impacto tanto no projeto que trata do novo sistema de **impostos** sobre consumo quanto no que aborda as regras de funcionamento do comitê gestor do IBS.

Relator do texto principal da regulamentação, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) insiste que só começará a trabalhar efetivamente quando a urgência para a tramitação for retirada pelo governo, o que não ocorreu até essa segunda-feira (19).

O motivo é que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), resiste a indicar Braga formalmente até haver um entendimento sobre a tramitação.

O colegiado tem reunião prevista nesta quarta (21), mas a expectativa é de que tudo continue como está. As reuniões do Senado desta semana serão semipresenciais e o relator permanecerá em Manaus (AM).

Pelo prazo da urgência, caso o requerimento seja mantido pelo Executivo, o texto principal da regulamentação começa a trancar a pauta de votações do plenário do Senado a partir do dia 23 de setembro, o que impede a deliberação de outros temas.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a dizer que concordava com a retirada da urgência.

O Valor apurou, no entanto, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reclamou pessoalmente com Haddad sobre essa possibilidade que, na visão dele, poderia atrasar todo o calendário de votação e colocar em risco a sanção da proposta este ano.

"Estamos aguardando. Estamos em um impasse. O Davi Alcolumbre não dá prosseguimento se não retirarem a urgência e [o texto] está parado. Eu não tenho nem como trabalhar. Na verdade, eu estou [como relator] de fato, mas não de direito. Como eu

posso fazer alguma coisa?", questionou Braga ao Valor.

"O que eu posso fazer de fato estou fazendo, mas de direito eu não posso fazer. Não posso apresentar plano de trabalho, não posso pegar as emendas que foram apresentadas e começar a falar sobre elas", acrescentou. Procurado, Alcolumbre não comentou.

A matéria em tramitação no Senado já recebeu 1.081 emendas. Entre elas, há sugestões sobre a redução progressiva no crédito presumido para montadoras do Nordeste; sobre a ampliação do benefício fiscal da Zona Franca de Manaus (ZFM) para as chamadas Áreas de Livre Comércio; e pela isenção do recolhimento de IBS e CBS sobre receitas geradas para as plataformas digitais que atuam como intermediárias em atividades de terceiros, como a entrega de comida.

Na Câmara, a segunda etapa da reforma também enfrenta dificuldades.

O projeto que cria o comitê gestor do IBS já teve o texto-base aprovado na terça-feira passada (13), mas a votação dos destaques foi suspensa por Lira após a fala de Haddad sobre a urgência do primeiro projeto.

Um líder próximo a Lira avaliou que "no clima que está hoje não é bom para o governo colocar nada em votação". A situação piorou mais ainda com a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de suspender a execução de emendas impositivas.

Relator do projeto do comitê gestor, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) disse ao Valor que o texto só deve retornar a pauta quando o impasse político for resolvido pela Fazenda.

"O Haddad ficou de costurar lá no Senado uma saída para manter a urgência", afirmou. O pedetista diz que está confiante de que não haverá mudanças no seu parecer. "Tivemos mais de 60 votos de margem para aprovação", comentou Benevides.

Senadores queixam-se de que a Câmara não votou a matéria no prazo de 45 dias, agora exigido por Lira do Senado, e que a urgência só foi encaminhada pelo governo quando o parecer já estava praticamente pronto para o plenário. Da apresentação do texto até a

aprovação pela Câmara, foram 77 dias no total - dos quais quase 30 foram utilizados pelo presidente da Câmara para definir o modelo de tramitação.

Líderes do Senado também consideram que a estratégia de Lira pode "se voltar contra ele".

Para eles, insistir na manutenção da urgência pode atrasar ainda mais a deliberação.

"Estamos em um impasse. Eu não tenho nem como trabalhar"

Eduardo Braga

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961?page=4  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961?page=4&section=1)**

# Representantes dos Três Poderes se reúnem para desatar o nó das emendas

Mayara Souto

+

Fonte de tensionamento entre o Legislativo e o Judiciário, as emendas parlamentares serão o prato principal à mesa em almoço marcado para hoje entre representantes da cúpula da República. Para o encontro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, convidou os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de colegas da Suprema Corte e integrantes do Legislativo e do Executivo. A reunião é um gesto para superar o mal-estar que se criou depois que o STF impôs um freio na aprovação das emendas impositivas, com imediata reação da Câmara dos Deputados.

O repasse de verbas foi suspenso na última quarta-feira (14) pelo ministro Flávio Dino, com o intuito de dar mais transparência à aprovação das proposições parlamentares. Dois dias depois, a Suprema Corte referendou, por unanimidade, a decisão do ministro. O posicionamento contundente do STF provocou reação do Congresso, em particular da Câmara dos Deputados.

Na tentativa de acalmar os ânimos, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, disse que as decisões da Corte não constituem enfrentamento ao Legislativo. Já o chefe do Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva, ponderou que não pode haver emenda secreta no Congresso Nacional.

Ontem à noite, o presidente Lula teve encontro reservado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no Palácio do Planalto. Há uma expectativa de que Lula receba também o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Sem maioria no Congresso, o governo tem interesse em chegar a um acordo em relação às emendas parlamentares. Restrições ao pagamento das proposições de deputados e senadores afetam diretamente a aprovação de matérias cruciais para o Executivo, como a **reforma tributária** e outras pautas econômicas.

Segundo fontes ouvidas pelo Correio, parlamentares sinalizaram ao Supremo que apresentarão uma proposta de acordo para o desbloqueio imediato dos valores, com base em dados que mostram o impacto

da suspensão para os municípios. Em troca, o Congresso se comprometeria em dar mais transparência na prestação de contas sobre as emendas.

Todos os ministros do Supremo foram convidados. Ao Correio, fontes da Corte relataram que o clima é de receptividade para a resolução. Da parte do Executivo, o encontro contará com a presença dos ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União (AGU). A orientação por parte de Lula também é de que haja acordo.

Costa tem atuado como interlocutor direto de Lira, após o presidente da Câmara ter rompido diálogo com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do Executivo com o Legislativo. O chefe da Casa Civil já havia se reunido com líderes partidários na semana passada, quando recebeu a incumbência de mediar o conflito junto ao Supremo.

Os esforços em torno das emendas impositivas buscam se alinhar ao posicionamento da Suprema Corte, que determina mais transparência nas emendas parlamentares. No formato atual, os recursos das chamadas emendas Pix são distribuídos sem necessidade de especificar o solicitante ou a destinação da verba, o que impossibilita a atuação de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) no controle e na fiscalização do uso do dinheiro público.

O Legislativo tem interesse em encontrar uma solução para o impasse, já que o Supremo irá manter as suspensões até que medidas de transparência e rastreabilidade sejam estabelecidas e novas regras sejam criadas para fiscalizar os repasses. Além de solicitar critérios mais definidos na liberação de recursos para parlamentares, a decisão do ministro Flávio Dino, de caráter monocrático, também impacta ações retroativas. Junto com a suspensão, o parlamentar determinou uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) em todos os repasses realizados desde 2020.

O especialista em Direito Constitucional e professor da USP Rubens Beçak observa que esse episódio retrata o que tem acontecido na política atual na constante fricção entre Poderes da República. Beçak ressalta a

dualidade de visões entre Congresso e STF: De um lado, o Legislativo defende a atual modalidade das emendas como uma forma de alocar recursos de forma mais rápida e dinâmica, enquanto o STF vê, nessa distribuição, uma ausência de transparência. Para o especialista, a população tem mais a ganhar com as exigências do STF. É fundamental que o cidadão saiba a destinação da verba pública e as alocações dos recursos previstos.

Em resposta à decisão do STF que proibiu as emendas parlamentares impositivas, Lira destravou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita as decisões individuais de ministros do STF, projeto que estava parado há oito meses. O texto proíbe as decisões individuais, chamadas de monocráticas, de ministros, desembargadores e juízes que tenham como objetivo suspender a validade de leis e atos dos presidentes da República, Câmara e Senado.

A proposição tem amplo apoio dos bolsonaristas, como mostrou o Correio na semana passada. Dos 185 signatários da PEC, 160 são apoiadores do ex-presidente.

Em paralelo, Lira deu sinal verde à proposta que permite ao Congresso suspender os efeitos de decisões do STF que os parlamentares consideram ir além do adequado exercício da função jurisdicional. De acordo com o texto, as decisões podem ser revogadas caso dois terços dos parlamentares da Câmara e do Senado concordem com a derrubada, minando, assim, o poder da Suprema Corte.

No painel da Transparência do Tesouro Nacional, é possível ver as quantias destinadas às emendas parlamentares individuais e de bancada desde 2015. Naquele ano, o total disponibilizado para essas transferências foi R\$ 1,8 bilhão. Em 2023, elas saltaram para R\$ 25,3 bilhões, uma quantia 14 vezes maior do que aquela utilizada no ano inicial do uso das emendas. Em quase 10 anos, o aumento da verba destinada a essas transferências foi de 1.305,6%.

Apesar de existirem alguns critérios limitantes nessas emendas, a falta de controle e fiscalização facilita o uso arbitrário e de forma volumosa do recurso. E o crescimento de 2022 a 2023 ilustra bem o cenário: de um ano para o outro, as verbas destinadas às emendas quase dobraram, passando de R\$ 13,4 bilhões para R\$ 25,3 bilhões.

Com Camila Curado, Evandro Éboli e Renato Souza

Fonte de tensionamento entre o Legislativo e o Judiciário, as emendas parlamentares serão o prato principal à mesa em almoço marcado para hoje entre representantes da cúpula da República. Para o

encontro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, convidou os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de colegas da Suprema Corte e integrantes do Legislativo e do Executivo. A reunião é um gesto para superar o mal-estar que se criou depois que o STF impôs um freio na aprovação das emendas impositivas, com imediata reação da Câmara dos Deputados.

O repasse de verbas foi suspenso na última quarta-feira (14) pelo ministro Flávio Dino, com o intuito de dar mais transparência à aprovação das proposições parlamentares. Dois dias depois, a Suprema Corte referendou, por unanimidade, a decisão do ministro. O posicionamento contundente do STF provocou reação do Congresso, em particular da Câmara dos Deputados.

Na tentativa de acalmar os ânimos, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, disse que as decisões da Corte não constituem enfrentamento ao Legislativo. Já o chefe do Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva, ponderou que não pode haver emenda secreta no Congresso Nacional.

Ontem à noite, o presidente Lula teve encontro reservado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no Palácio do Planalto. Há uma expectativa de que Lula receba também o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Sem maioria no Congresso, o governo tem interesse em chegar a um acordo em relação às emendas parlamentares. Restrições ao pagamento das proposições de deputados e senadores afetam diretamente a aprovação de matérias cruciais para o Executivo, como a **reforma tributária** e outras pautas econômicas.

Segundo fontes ouvidas pelo Correio, parlamentares sinalizaram ao Supremo que apresentarão uma proposta de acordo para o desbloqueio imediato dos valores, com base em dados que mostram o impacto da suspensão para os municípios. Em troca, o Congresso se comprometeria em dar mais transparência na prestação de contas sobre as emendas.

Todos os ministros do Supremo foram convidados. Ao Correio, fontes da Corte relataram que o clima é de receptividade para a resolução. Da parte do Executivo, o encontro contará com a presença dos ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União (AGU). A orientação por parte de Lula também é de que haja acordo.

Costa tem atuado como interlocutor direto de Lira,



após o presidente da Câmara ter rompido diálogo com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do Executivo com o Legislativo. O chefe da Casa Civil já havia se reunido com líderes partidários na semana passada, quando recebeu a incumbência de mediar o conflito junto ao Supremo.

Os esforços em torno das emendas impositivas buscam se alinhar ao posicionamento da Suprema Corte, que determina mais transparência nas emendas parlamentares. No formato atual, os recursos das chamadas emendas Pix são distribuídos sem necessidade de especificar o solicitante ou a destinação da verba, o que impossibilita a atuação de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) no controle e na fiscalização do uso do dinheiro público.

O Legislativo tem interesse em encontrar uma solução para o impasse, já que o Supremo irá manter as suspensões até que medidas de transparência e rastreabilidade sejam estabelecidas e novas regras sejam criadas para fiscalizar os repasses. Além de solicitar critérios mais definidos na liberação de recursos para parlamentares, a decisão do ministro Flávio Dino, de caráter monocrático, também impacta ações retroativas. Junto com a suspensão, o parlamentar determinou uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) em todos os repasses realizados desde 2020.

O especialista em Direito Constitucional e professor da USP Rubens Beçak observa que esse episódio retrata o que tem acontecido na política atual na constante fricção entre Poderes da República. Beçak ressalta a dualidade de visões entre Congresso e STF: De um lado, o Legislativo defende a atual modalidade das emendas como uma forma de alocar recursos de forma mais rápida e dinâmica, enquanto o STF vê, nessa distribuição, uma ausência de transparência. Para o especialista, a população tem mais a ganhar com as exigências do STF. É fundamental que o cidadão saiba a destinação da verba pública e as alocações dos recursos previstos.

Em resposta à decisão do STF que proibiu as emendas parlamentares impositivas, Lira destravou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita as decisões individuais de ministros do STF, projeto que estava parado há oito meses. O texto proíbe as decisões individuais, chamadas de monocráticas, de ministros, desembargadores e juízes que tenham como objetivo suspender a validade de leis e atos dos presidentes da República, Câmara e Senado.

A proposição tem amplo apoio dos bolsonaristas, como mostrou o Correio na semana passada. Dos 185

signatários da PEC, 160 são apoiadores do ex-presidente.

Em paralelo, Lira deu sinal verde à proposta que permite ao Congresso suspender os efeitos de decisões do STF que os parlamentares consideram ir além do adequado exercício da função jurisdicional. De acordo com o texto, as decisões podem ser revogadas caso dois terços dos parlamentares da Câmara e do Senado concordem com a derrubada, minando, assim, o poder da Suprema Corte.

No painel da Transparência do Tesouro Nacional, é possível ver as quantias destinadas às emendas parlamentares individuais e de bancada desde 2015. Naquele ano, o total disponibilizado para essas transferências foi R\$ 1,8 bilhão. Em 2023, elas saltaram para R\$ 25,3 bilhões, uma quantia 14 vezes maior do que aquela utilizada no ano inicial do uso das emendas. Em quase 10 anos, o aumento da verba destinada a essas transferências foi de 1.305,6%.

Apesar de existirem alguns critérios limitantes nessas emendas, a falta de controle e fiscalização facilita o uso arbitrário e de forma volumosa do recurso. E o crescimento de 2022 a 2023 ilustra bem o cenário: de um ano para o outro, as verbas destinadas às emendas quase dobraram, passando de R\$ 13,4 bilhões para R\$ 25,3 bilhões.

Com Camila Curado, Evandro Éboli e Renato Souza

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/08/6923728-guerra-das-emendas-representantes-dos-tres-poderes-tentam-acordo.html>

# Associação luta por alterações na Reforma Tributária e diz que proposta atual prejudica pessoas com deficiência

A população com deficiência é prejudicada em ao menos quatro trechos da **Reforma Tributária** (Projeto de Lei Complementar nº 68/2024), segundo avaliação da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD). A entidade lidera um movimento em Brasília e tenta reunir apoio de senadores e deputados para alteração da proposta.

Buscamos acesso ao presidente do Senado (Rodrigo Pacheco, PSD-RO) e ao coordenador do grupo de trabalho que avalia a **reforma tributária** (Izalci Lucas, PL-MG). O momento é crítico. Na história dos direitos das pessoas com deficiência, esse talvez seja um dos maiores retrocessos, porque vai tirar o direito de ir e vir. Não é justo, legal e moral que tudo isso aconteça sem que as pessoas com deficiência possam se manifestar, não podemos aceitar isso em silêncio, diz Abrão Dib, presidente da ANAPcD.

Estão na mira da instituição os critérios para a concessão de isenções, o valor máximo dos veículos no benefício, a exigência de renovação constante de laudo e o tempo para troca do carro.

Quando passou pela Câmara, o texto da **Reforma Tributária** foi alterado pelos deputados e chegou ao Senado com a proposta de reduzir de R\$ 200 mil para R\$ 150 mil o preço máximo (o teto) do veículo novo com isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), taxa federal que será substituída pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O PLC estabelece ainda que somente carros de até R\$ 70 mil terão isenção total, ou seja, a partir desse valor, a pessoa com deficiência tem de pagar o IPI (ou CBS) proporcional à diferença até R\$ 150 mil. Na prática, essa regra mantém o teto em R\$ 70 mil, preço que o mercado automotivo já manifestou ter grande dificuldade em manter na oferta de carros com tecnologia e segurança atualizadas.

Outro trecho que prejudica pessoas com deficiência na **Reforma Tributária** em trâmite no Senado, diz a ANAPcD, é que a proposta prevê o direito às isenções na compra do carro novo somente para quem precisa de adaptação externa, aquela que não faz parte da fabricação do veículo. De acordo com a associação, isso representa 5% das pessoas com deficiência que

pedem as isenções e elimina a possibilidade para, por exemplo, não condutores - cegos, tetraplégicos, autistas, pessoas com paralisia cerebral - e gente com deficiência que consegue dirigir carro de câmbio automático e direção elétrica, ou hidráulica, sem qualquer equipamento extra.

A exigência de renovação constante do laudo que comprova a deficiência, apresentada na proposta em análise pelos senadores, também é um problema apontado pela ANAPcD. A instituição defende laudo permanente para pessoas com deficiências irreversíveis, de origem congênita, provocadas por acidentes, amputações ou lesões neurológicas que causam paraplegia ou tetraplegia, ou pessoas com nanismo e outras condições.

Por fim, a entidade afirma que o prazo de quatro anos para a troca de veículos, previsto na proposta, também prejudica as pessoas com deficiência, e busca alteração para dois anos.

No Senado, a proposta da **Reforma Tributária** recebeu 1.081 emendas até a última quinta-feira, 15, quando foi encerrado o prazo para apresentação dos pedidos de alteração. Nessa lista estão oito específicas sobre os trechos que tratam das isenções e das regras para a população com deficiência, enviadas por Alessandro Vieira (MDB-SE), Damares Alves (Republicanos-PR), Flávio Arns (PSB-PR), Mara Gabrilli (PSD-SP) e Romário Faria (PL-RJ).

Vamos acompanhar, na tarde desta terça-feira, 20, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem um grupo de trabalho para avaliar a **Reforma Tributária**, coordenado pelo senador Izalci Lucas. Nossa expectativa, além de visitar senadores, é de que a comissão ouça nossas justificativas às oito emendas. É um trabalho de convencimento, conscientização, cobrança e pedido de apoio, afirma o presidente da ANAPcD.

**Site:** <https://www.terra.com.br/nos/associacao-luta-por-alteracoes-na-reforma-tributaria-e-diz-que-proposta-atual-prejudica-pessoas-com-deficiencia,bce2fa13133205b48662ba4f79b33f84rvrym067.html>

# Agenda do dia: Haddad e Campos Neto participam de evento do BTG

As participações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em evento do BTG Pactual na manhã desta terça-feira são os principais eventos a serem acompanhados pelos investidores em um dia de agenda esvaziada de indicadores. No exterior, eventuais declarações de dirigentes do Federal Reserve (Fed) também devem ser monitoradas às vésperas do simpósio de Jackson Hole e com as apostas em cortes de juros nos Estados Unidos no centro das atenções. Veja, abaixo, os principais destaques da agenda desta terça-feira:

FGV divulga IGP-M do segundo decêndio de agosto - O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) divulga, às 8h, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) do segundo decêndio de agosto. O indicador registrou **inflação** de 0,40% na segunda prévia de julho, vindo de 0,88% na mesma leitura do mês passado.

CNI publica Sondagem da Indústria da Construção de julho - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica, às 10h, a Sondagem da Indústria da Construção de julho.

Tesouro realiza leilão tradicional de LFT e NTN-B - A Secretaria do Tesouro Nacional faz às 11h leilão tradicional de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B). As LFT vencem em 1º de setembro de 2027 e 1º de setembro de 2030. As NTN-B, em 15 de maio de 2029, 15 de maio de 2035 e 15 de agosto de 2060. A liquidação financeira dos papéis ocorrerá na quarta-feira.

BC da Turquia decide sobre taxa de juros - O Banco Central da República da Turquia (TCMB) anuncia às 8h (de Brasília) sua decisão de política monetária. A taxa de juro básica está atualmente em 50% ao ano e a expectativa de consenso do mercado é de manutenção.

Presidente do Fed de Atlanta abre evento - O presidente do Federal Reserve (Fed) de Atlanta, Raphael Bostic, abre evento às 14h35 (de Brasília).

Vice de Supervisão do Fed participa de evento - O vice-presidente de Supervisão do Federal Reserve, Michael S. Barr, participa de evento às 15h45 (de Brasília).

Lula despacha com ministros - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva despacha às 9h30 com o ministro da Casa Civil, Rui Costa; às 15h com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogerio de Souza; às 16h com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; e, às 18h, com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Senado vota reoneração da folha de pagamento - O Plenário do Senado dará continuidade, às 14h, à deliberação do projeto de lei que trata do regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia (PL 1.847/24). Também na pauta o PDL 206/2024, da Câmara dos Deputados, que anula partes do decreto de armas assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023.

CAE do Senado pode votar regulamentação de cigarros eletrônicos - A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado reúne-se às 10h e deve o Projeto de Lei 5.008/23), que regulamenta a produção, a comercialização, a fiscalização e a propaganda dos cigarros eletrônicos. A CAE aprecia também o PL 5.178/20, que regulamenta a profissão de cuidador de pessoas. Às 14, a CAE volta a se reunir e realiza audiência pública sobre a regulamentação da **reforma tributária**, prevista no Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24. Serão discutidas restrições no texto consideradas indevidas por alguns setores.

Haddad participa de evento do BTG Pactual - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa, às 9h, da cerimônia de abertura do BTG Pactual - MacroDay e falará sobre "Perspectiva Econômica Brasileira". Às 17h30, terá reunião com o ministro para Segurança Energética e Net Zero (DESNZ) do Reino Unido, Ed Miliband.

Campos Neto profere palestra em evento do BTG Pactual - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, palestra no Macro Day 2024 promovido pelo BTG Pactual às 10h10 em São Paulo. Às 13h, tem reunião com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci. Já às 19h se encontra com o CEO do PicPay, José Antônio Batista Costa.

Diretores do BC reúnem-se com representantes da APIIMF - O diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino Santos, se encontra às 10h com representantes da Associação para Interoperabilidade de IMFs (APIIMF). A lista de representantes inclui o diretor-geral, Ivan Pompeu Lopes; o coordenador GT Interop, Joaquim Kiyoshi Kavakama; o diretor de relações institucionais, Guilherme Américo Menezes, e a advogada do DBA Advogados, Graziella Mosareli. Os diretores de Regulação, Otávio Damaso, e de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes, também participam. Às 18h30, os diretores Ailton de Aquino e Otávio Damaso se reúnem com o presidente-executivo do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Ely Wertheim; o economista-chefe, Celso Petrucci, e o assessor econômico, Luis Fernando Mendes. O diretor de Regulação ainda tem compromisso com Marineide Marques, head de comunicação, marketing e relacionamento da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), e Estela Kurth, consultora da Ógui Consultoria, às 9h. Às 17h30, se reúne com o presidente da diretoria nacional do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), Sebastian Yoshizato Soares. O diretor técnico nacional, Rogério Lopes Mota, e o superintendente-geral, Marco Aurelio Fuchida, também estarão presentes. O diretor de Política Monetária, Gabriel Galpólo, faz uma visita institucional ao jornal "Folha de S. Paulo" às 13h. Os outros diretores têm previsão de despachos internos.

Mercadante terá reuniões e despachos internos - O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, estará no Rio de Janeiro e terá agenda de reuniões e despachos internos.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/08/20/agen-da-do-dia-haddad-e-campos-neto-participam-de-evento-do-btg.ghtml>**

# De volta ao PIB potencial

**Por Mario Mesquita**

Em coluna anterior ("Sobre o pessimismo crônico", publicada em junho de 2023), levantei a hipótese de que os sucessivos erros de projeção, subestimando o crescimento da economia brasileira, poderiam refletir limitações dos modelos utilizados. Assim, uma subestimação do crescimento potencial seria resultante dos efeitos cumulativos e defasados das reformas aprovadas desde 2016. Minha conclusão era de que as evidências até então disponíveis não permitiam descartar essa hipótese. Não se trata necessariamente de dizer que o Brasil se tornou uma economia muito dinâmica, mas que talvez tenha se tornado uma menos letárgica.

Admito que essa visão, até o momento, é francamente minoritária. Noto, também, que não se pode excluir a possibilidade de que o **PIB** potencial não tenha mudado em vários anos, mas teria sido apenas subestimado antes, e agora estaria sendo superestimado (por uma minoria de economistas). No entanto, na última edição do Relatório Anual do FMI sobre o Brasil, os economistas da instituição apresentaram uma revisão da estimativa de **PIB** potencial, de 2% para 2,5%, como resultado das reformas aprovadas na segunda metade dos anos dez, destacando a trabalhista de 2017. Vale lembrar que o Fundo, que chegou a prever uma queda do nosso **PIB** de 9% no pior momento da pandemia, não tem um histórico de otimismo em relação ao Brasil.

Mais importante, as possíveis boas notícias não param aí. Os economistas do FMI avaliam que outros desenvolvimentos podem elevar ainda mais o **PIB** potencial no médio e longo prazo. Em primeiro lugar, eles destacam os efeitos da **reforma tributária**, que, em sua avaliação, poderia elevar o crescimento anual entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais - seja pela mudança do regime de taxaço de insumos, que deveria elevar o investimento das empresas, por meio da redução de distorções, ou por meio da redução da complexidade e litigiosidade do regime tributário. A análise do Fundo reconhece que a transição pode retardar o impacto da reforma, e amortecê-lo parcialmente, mas o tom da análise é claramente positivo.

Outro fator que poderia, na visão do FMI, impulsionar de forma relevante o crescimento, seria o aumento da produção de petróleo e gás natural. O Fundo cita o trabalho de uma consultoria especializada que vislumbra um aumento da produção de 56% entre 2023 e 2031, o que tornaria o país o quarto maior

produtor mundial - atrás de Estados Unidos, Arábia Saudita e Rússia. Essa expansão, na avaliação dos economistas do FMI, adicionaria mais 0,2% ao crescimento do **PIB** entre 2024 e 2031.

Outras reformas, como integração comercial, melhorias no ambiente regulatório e governança, poderiam impulsionar ainda mais o crescimento brasileiro. Somando todos os efeitos, poderíamos ter, então, uma tendência de crescimento em torno de 3,5%. Enfim, o FMI entrou no minoritário campo menos pessimista quanto ao crescimento potencial brasileiro.

Sobre esse debate, vale observar, também, que o ceticismo sobre o impacto das reformas no **PIB** potencial contrasta com uma visão geralmente muito positiva sobre o impacto das reformas quando estas são consideradas isoladamente. É difícil encontrar avaliações negativas, entre os economistas profissionais, da reforma trabalhista, substituição da TJLP pela TLP, do marco do saneamento básico, da lei dos distratos, do marco legal da securitização, entre outras, além de inovações transformacionais, como o PIX. No entanto, algo se perde na agregação, e a avaliação positiva de uma ampla série de reformas não se traduz, na visão dominante, em uma opinião mais favorável sobre a evolução da produtividade e do crescimento potencial.

O **PIB** potencial pode ter crescido, mas está provavelmente abaixo dos 3% anualizados do primeiro semestre

Dada a nova surpresa positiva com respeito à evolução do **PIB**, que caminha para expandir algo como 2,5% a 3% em 2024, ante expectativas de mercado que estavam em 1,5% no início do ano, o certo é que o debate sobre o **PIB** tendencial deve continuar. Sigo achando que a hipótese de que tenha ocorrido certo aumento do **PIB** potencial não pode ser descartada, ainda que não possa ser dada como certa. Uma ressalva importante é que a pandemia foi um choque de tal magnitude que todas as estimativas devem ser vistas com um grau adicional de cautela.

Um contra-argumento relevante, talvez o mais importante, é que a taxa de investimento não apresentou grande elevação nos últimos anos, a despeito de uma série de reformas que deveria ter melhorado o ambiente de negócios. O desempenho um tanto decepcionante do investimento pode ter várias explicações. Em primeiro lugar, a citada

pandemia. Em segundo, a incerteza gerada pelo próprio processo de reformas, notadamente as dores da transição da **reforma tributária**. Outro fator é o crescimento da dívida pública, o qual, dadas as dificuldades políticas em conter a expansão dos gastos, implica eventual aumento da já elevada carga tributária - uma nova versão da antiga hipótese de "debt overhang", dos anos 1980. É evidente que a perspectiva de um eventual choque arrecadatório, sempre presente, dadas as resistências ao controle de despesas, não há de incentivar o investimento privado.

Em suma, pode-se reconhecer que existe muita incerteza sobre estimativas do crescimento potencial e do impacto, ainda que provavelmente positivo, das reformas sobre ele. O **PIB** potencial pode ter aumentado, mas ele provavelmente ainda está abaixo do ritmo registrado no primeiro semestre - cerca de 3%, em termos anualizados. Em consequência, não seria prudente tomar decisões de política econômica com base nesses cenários mais otimistas.

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco

**Site:** <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/de-volta-ao-pib-potencial.ghtml>

# Mais empregados devem receber 14<sup>o</sup>

**Eliane Proscholdt**

Concedido todos os anos a muitos trabalhadores, mais empresas devem pagar o 14<sup>o</sup> salário e dividir a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com os seus empregados no Estado.

Na indústria, por exemplo, há 212 mil trabalhadores e metade já recebe esses benefícios, com previsão de aumentar o número.

Fernando Otávio Campos, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado (ABIH-ES) e conselheiro do Conselho de Relações do Trabalho(Consurt) da Federação das Indústrias do Estado (Findes), estima que haverá um incremento de cerca de 30 mil no setor, sobretudo se tiver isenção no imposto de renda, como é cogitado pelo governo.

"Com certeza mais empresas vão utilizar a PLR como forma de aumentar diretamente a remuneração dos trabalhadores associada diretamente ao aumento da produtividade. Outros benefícios já estão sendo agregados como forma de fixação e nova captação de trabalhadores, principalmente com índices de desemprego cada vez menores. Nos exemplos, 14<sup>o</sup> salário, acesso academias, flexibilidade de horários e até benefícios de férias com auxílio para viagens".

Segundo ele, a projeção de crescimento econômico, aliada à redução do desemprego, estão exigindo soluções para aumentara remuneração dos trabalhadores com menos impacto direto.

Conforme pactuado em convenção coletiva, os trabalhadores da construção civil no Estado têm direito a participação nos lucros e resultados, Ficando a critério de cada empresa criar os critérios e regras de seu programa.

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado (Sinduscon-ES), Douglas Vaz, esse benefício traz motivação para trabalhadores dedicados aos objetivos da empresa.

Diretor do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado (Sindifer) e coordenador de competitividade do setor metalmeccânico, Lúcio Dalla Bernardina, conta que boa parte das empresas têm concedido participação nos lucros, além de prêmio de produtividade.

"Isso varia de cada empresa. Cada uma faz um acordo

diferente. Algumas, em vez de PLR, pagam prêmio de produtividade. Isso é muito particular de cada empresa, de acordo com a sua atividade".

"Nas minhas construtoras, eu pago 11 Participação nos Lucros e Resultados e estou implementando o mesmo no meu hotel, onde já pagamos premiação aos funcionários"

Fernando Otávio Campos, presidente da ABIH-ES e conselheiro na Findes

## SAIBA MAIS

Cada empresa pode adotar seu método

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

## O QUE É?

É UM BENEFÍCIO que consiste no repasse de parte dos lucros da empresa ou simplesmente um prêmio para os trabalhadores que auxiliaram o negócio a alcançar melhores resultados.

É VISTO como um bônus e não uma obrigação trabalhista, e beneficia tanto a empresa quanto os funcionários. incentivando-os a melhorar

a produtividade e a qualidade do trabalho.

## QUEM PODE RECEBER?

DE FORMA GERAL, podem receber Participação nos Lucros e Resultados funcionários por regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que tenham o benefício previsto em acordo coletivo ou no contrato de trabalho.

## BONIFICAÇÃO

NÃO HÁ UM CÁLCULO padrão para se chegar ao valor da PLR.

CADA EMPRESA pode adotar um método. conforme o estipulado pela convenção coletiva de trabalho.

14<sup>o</sup> salário

## O QUE É?

É UMA GRATIFICAÇÃO salarial adicional. que pode ser concedida aos trabalhadores, além dos salários

regulares pagos ao longo do ano. incluindo o 13º para aqueles profissionais que têm carteira assinada.

ESSA GRATIFICAÇÃO pode variar em sua natureza e forma de concessão, dependendo das políticas internas da empresa ou de acordos coletivos estabelecidos entre sindicatos e em -pregadores.

EMBORA NÃO SEJA OBRIGATÓRIO, em algumas empresas o 14º salário pode ser oferecido como uma recompensa pelo desempenho do trabalhador ou como parte de uma política de incentivo à produtividade.

Fonte: Empresários e pesquisa A Tribuna.

CARTEIRA DE TRABALHO E DINHEIRO: várias formas de gratificar o desempenho do empregado são possíveis e utilizadas pelas empresas capixabas

Isenção do IR sobre participação

Mantendo uma promessa antiga, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar, na última sexta-feira, que vai isentar do Imposto de Renda quem recebe até RS 5 mil ao mês.

"Vamos fazer porque, veja, eu sei que é difícil mudar as coisas porque toda vez que você vai isentar uma pessoa de pagar alguma coisa, você precisa ver o que vai colocar no lugar. É justo que as pessoas que recebem até RS 5 mil

tenham mais dinheiro para comer, para cuidar da família", declarou o presidente.

Defensores da proposta dizem que a tabela do Imposto de Renda está defasada em relação à **inflação** há anos, o que leva os contribuintes a pagarem mais **impostos**.

O presidente ainda afirmou que o governo também estuda o fim da cobrança de imposto de renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos trabalhadores.

"Nós cobramos imposto de renda do PLR, da participação do lucro dos trabalhadores. Essa é uma coisa que eu estou pensando como a gente vai conseguir não cobrar do PLR, porque o trabalhador trabalha o ano inteiro, produz, chega o final do ano, recebe o PLR e paga 27% do Imposto de Renda".

No entanto, é preciso definir uma medida compensatória para minimizar os efeitos da isenção no sistema tributário.

ANÁLISE

Gisélia Freitas.

psicóloga especialista em pessoas e carreiras

"Ganho muito grande das empresas com a retenção de talentos"

"Engajamento, propósito e valores são questões muito importantes para essas novas gerações e para o mercado atual, de forma geral.

A participação nos lucros significa aumentar o engajamento dos colaboradores e atrair esses talentos. O 14º salário, que também é uma forma de participação nos resultados. mostra que o profissional faz parte da organização e contribui mais com as suas entregas.

E esse tipo de benefício que muitas empresas têm adotado para reter talentos é bom para a economia. de forma geral, e também para a própria empresa, porque o retorno desse investimento é mostrado na produtividade, no aumento dos lucros.

Retendo talento, existe um ganho muito grande com as organizações. porque rotatividade e falta de profissionais qualificados têm dado muito prejuízo para as organizações".



# Imposto de importação (Artigo)

**Paulo Franquilin**

Paulo Franquilin Jornalista e escritor

O consumidor brasileiro tem por hábito fazer compras via Internet, uma nova modalidade de compra que facilita a aquisição de inúmeros produtos, com a entrega garantida no endereço do comprador, sem necessidade de sair de casa. As compras virtuais atingiam também produtos importados, muitos deles mais baratos do que os fabricados no Brasil, com a mesma qualidade, permitindo que os consumidores tivessem satisfeitas suas necessidades.

O aumento deste tipo de consumo, durante a pandemia, levou muitas empresas brasileiras a exigirem que fossem taxados os produtos comprados, via Internet, pois alegavam que havia uma concorrência desleal com os produtos nacionais.

A pressão das empresas levou o governo a cobrar imposto de importação sobre todos os produtos, independentemente do valor, sem nenhum tipo de isenção, o que encareceu os produtos importados e tende a diminuir o consumo.

Na análise do consumidor, pesa muito a questão do valor do produto. Assim aqueles que antes eram bem mais baratos, agora estão com preços equilibrados com os nacionais, levando os brasileiros a optar pelos nacionais.

Outro aspecto que está pesando é que as empresas nacionais estão adaptadas para vender via Internet, com prazo de entrega mais atrativos que os importados, muitos descontos e facilidade de pagamento.

Para o governo, é mais dinheiro no caixa, pois criar **impostos** é a forma mais fácil de arrecadar e as compras de importados, via virtual, são uma fonte enorme de receita para as contas públicas. A tendência é diminuir o consumo, pois com produtos mais caros, pela incidência dos **impostos**, fará com que os compradores prefiram pagar mais barato pelos produtos nacionais.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11179>

# Conferência aborda falência e recuperação judicial

Amanhã (21), será realizada a 2ª Conferência do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em Falência e Recuperação Judicial.

O evento acontece de 9h às 16h30 no auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e conta com especialistas na temática, distribuídos em cinco painéis guiados por especialistas, sobre assuntos relacionados à insolvência judicial. O promotor de justiça do estado, Sávio Brabo, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Belém, explicou que o objetivo do órgão é proteger o interesse público e, através do encontro, dialogar e fornecer caminhos ao empresariado para que toda cadeia econômica seja beneficiada.

Entre os assuntos contemplados na programação do evento, os painéis trazem discussões sobre temáticas como a reforma da lei de falência, o papel dos administradores judiciais nesses processos e processos de recuperação de sociedades anônimas de futebol.

Brabo destaca que o papel do ministério é proteger o interesse público através da fiscalização das empresas e da condução de processos de recuperação judicial, quando ainda há possibilidade de retorno do capital, e nos casos de falência por completo. Nesse sentido, ainda enfatiza o painel que tratará da criação da importância de uma vara regional especializada em processos de insolvência empresarial, que ainda não existe no Pará.

"Nós vamos ter um painel sobre a criação das varas regionais especializadas, porque são juízes e promotores que pretendem se especializar para que o segmento ganhe essa força e ao final do dia o empresariado possa dizer - aquela justiça é eficiente", afirma Brabo.

## MUDANÇAS

Outro destaque é a reforma da lei de falência, que, como destaca o promotor, apesar de ter recebido a sua última modificação em 2020, está sempre em transformação devido à demanda constante do mercado. "Como ela é uma coisa ligada ao fato econômico, assim como o direito de família, ela muda toda hora, porque quem traz o direito empresarial são

as práticas das decisões administrativas de dentro da empresa", detalha.

Seguindo a pauta do encontro, os especialistas também explicaram sobre a incidência de casos de insolvência judicial, em sociedades anônimas de futebol. O promotor explica que existe um movimento de clubes, que, ao se tornarem sociedades empresariais com fins lucrativos passam a estarem sujeitos a processos dessa natureza. Essa discussão foi solicitada por outros representantes do segmento e será encabeçada pelo o que Brabo descreve como os grandes especialistas na área.

## MISSÃO

"O papel do Ministério Público é justamente proteger o interesse público que há na atuação das empresas, a gente reconhece que a empresa é importante para que o estado possa arrecadar **tributos** e promover a geração de emprego". Assim descreveu o promotor de justiça, Sávio Brabo, sobre o papel do órgão nos processos de recuperação judicial e falência.

Segundo ele, quando uma empresa chega à falência, o prejuízo social gerado afeta toda a cadeia

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Imposto do pecado e sustentabilidade (Artigo)

**Yvon Gaillard Economista, cofundador e CEO da Dootax**

O debate sobre **tributos** no Brasil ganhou força, com o governo tentando equilibrar o déficit fiscal por meio de uma **reforma tributária**. Contudo, a proposta atual parece se afastar da justiça tributária ideal.

A inclusão de carros elétricos no Imposto Seletivo, conhecido como "Imposto do Pecado", que deveria ser voltado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, levanta questionamentos.

Carros elétricos trazem benefícios ambientais, como a redução de emissões de gases poluentes e o estímulo à inovação na energia limpa, além de promover um transporte mais sustentável.

No entanto, o governo exclui caminhões a diesel da tributação, apesar de seu impacto. Alexandre César de Oliveira Melo Administrador, professor e supervisor de comunicação do CIEE/MG Pergunta a responder EDITORIAL OPINIÃO negativo na poluição do ar e nas emissões de gases de efeito estufa. A justificativa econômica para tributar carros elétricos parece estar ligada à necessidade de aumentar as receitas governamentais, em meio à crescente demanda por sustentabilidade e eficiência energética.

Enquanto o mercado de caminhões a diesel deve se estabilizar ou diminuir com o tempo, o setor de veículos elétricos está em expansão, o que pode gerar uma arrecadação rápida via Imposto Seletivo, sem esperar o período de transição de sete anos. Esse movimento ilustra um dilema entre sustentabilidade e a busca por receita fiscal.

O futuro promissor dos veículos elétricos aponta para a importância de políticas públicas que incentivem essa tecnologia, como investimentos em infraestrutura de carregamento.

No entanto, a tributação desses veículos, em vez de caminhar para um futuro sustentável, pode representar uma tentativa do governo de priorizar a arrecadação em detrimento da justiça social e ambiental.

Em resumo, a inclusão de carros elétricos no Imposto Seletivo levanta questões sobre a coerência das políticas fiscais com as metas ambientais.

A tributação de produtos sustentáveis, como os veículos elétricos, e a exclusão de caminhões a diesel demonstram a complexidade de equilibrar receitas, justiça tributária e sustentabilidade.

O Brasil precisa de políticas que promovam um desenvolvimento justo e sustentável para toda a sociedade. %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Com boas notícias dentro e fora do Brasil, Bolsa registra máxima histórica

**I MARIA REGINA SILVA/ E-INVESTIDOR, LUÍS EDUARDO LEAL E ANTONIO PEREZ**

A Bolsa de Valores bateu ontem recorde de negócios. O Ibovespa, principal referência da B3, alcançou a máxima histórica de 135.778 pontos, com alta de 1,36% no dia. Boas notícias no exterior e também no País motivaram o bom resultado, disseram analistas. Antes, o maior patamar, de 134.193 pontos, havia sido atingido em 27 de dezembro do ano passado.

A valorização do principal índice da B3 acompanhou a alta das Bolsas americanas, em meio à redução das apostas de recessão nos Estados Unidos e diante da possibilidade crescente de queda dos juros no país em 0,25 ponto percentual em setembro. "Há consenso de que haverá queda dos juros americanos em setembro, apesar de falas contrárias de alguns dirigentes do banco central dos Estados Unidos", diz Bruno Takeo, estrategista da Potenza Capital.

Em Nova York, o índice Dow Jones encerrou o pregão do dia em alta de 0,58%, enquanto o S P 500 mostrou ganhos de 0,97% e a Bolsa eletrônica Nasdaq fechou com avanço de 1,39%. "Os dados mais recentes sobre a economia americana têm contribuído para afastar os temores quanto a uma eventual recessão por lá", disse Marcos Moreira, sócio da WMS Capital.

Há ainda uma expectativa de sucesso nas negociações de um cessar-fogo em Gaza, na Palestina, o que diminuiria as tensões no Oriente Médio, agravada nos últimos dias. Com isso, os contratos futuros do petróleo recuaram mais de 2,5% ontem.

No cenário doméstico, declarações do diretor do Banco Central Gabriel Galípolo e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre metas de **inflação** animaram os investidores. "O aparente alinhamento entre as falas do presidente Lula e do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, parece ser o motivo da alta de hoje (ontem)", diz Inácio Alves, analista da Melfer.

Na visão de Takeo, a tendência de alta do índice da Bolsa ontem continuará, a despeito do fechamento em baixa registrado na sexta-feira (-015%), após oito altas seguidas. "O fluxo de estrangeiros está forte, e já soma R\$ 4 bilhões em agosto." Com crescimento das

apostas de alta da taxa Selic na reunião de setembro do Copom, o diferencial de juros passa a ficar interessante e tende a atrair mais investidores ao Brasil. "Entramos em um cenário que é bom para o Brasil, ainda mais com chance de a Selic ser elevada", avaliou o estrategista-chefe do Grupo Laatus, Jefferson Laatus.

**BALANÇO.** O Índice Ibovespa acumula ganho de 6,37% neste mês - no ano, a alta é de 1,19%.

Na sessão de ontem da B3, destaque para o forte desempenho do setor de bancos, com Bradesco (ON +5,62%, PN +4,48%), Vale (ON +1,60%), Usiminas (PNA +6,91%), CSN (ON +6,19%) e Gerdau (PN +2,50%).

Na ponta vencedora do índice de ontem, houve ganhos de dois dígitos para empresas nacionais, como Petz (+23,87%) e Lwsa (+12,74%), além de Marfrig (+13,19%), CVC (+12,04%) e Magazine Luiza (+10,65%). No lado oposto, vieram Weg (-2,74%), Prio (-2,66%), Sabesp (-1,22%) e 3R Petroleum (-1,10%).

Para Marcos Moreira, sócio da WMS Capital, no âmbito doméstico "a economia brasileira segue aquecida, com expectativa maior para o **PIB** de 2024, acima do que o mercado projetava há poucos meses, com desemprego ainda bastante contido".

Segundo ele, "o cenário macroeconômico positivo se reflete nas expectativas de lucro das empresas, marginalmente maiores, o que se transmite para os preços de ativos", como ações.

**CÂMBIO.** O dólar, por sua vez, recuou 1,02% no pregão, acelerando a queda no final da sessão até encerrar em R\$ 5,41.

Ontem, o real apresentou o segundo melhor desempenho entre as divisas latino-americanas, atrás apenas do peso chileno, que se recuperou de perdas recentes.

Giro R\$ 25,5 bi foi o volume negociado na sessão de ontem da B3

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "O cenário está aberto para o Copom", afirma Galípolo

**CICERO COTRIM/BRASÍLIA e ALINE RESCALLA/BELO HORIZONTE, ESPECIAL PARA O ESTADÃO BROADCAST**

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou ontem que os integrantes do Copom vão aguardar as próximas quatro semanas até o encontro do colegiado em setembro para reunir "o maior número de dados" e definir a nova Selic- hoje em 10,5% ao ano. Mas ele repetiu que "vamos com todas as possibilidades em cima da mesa para a próxima reunião".

"Está colocada a possibilidade de alta da Selic, mas faltam quatro semanas para a reunião.

Estamos a quatro semanas do próximo Copom, precisamos observar vários dados", afirmou ele, durante evento com empresários e políticos em Belo Horizonte (MG). "O cenário está aberto para a próxima reunião. Vamos observar IPCA, IPCA-15, Caged, Pnad, **PIB**, lá fora, a própria fala do presidente (Jerome Powell) do Federal Reserve (o banco central americano)." Galípolo disse que a melhora das perspectivas para a atividade econômica é um dos pontos de atenção, e o BC tem por função "tomar os cuidados para que esses indicadores não se transformem em um desarranjo".

Entre esses indicadores, ele citou o menor nível de desemprego desde 2014, um crescimento da renda e um mercado de trabalho apertado por diversas métricas e as estimativas para o **PIB** - que têm sido revistas sistematicamente para cima.

"Obviamente que todos nós, inclusive no Banco Central, entendemos como um êxito a possibilidade de que as pessoas possam ganhar mais dinheiro, possam ter mais oportunidades, encontrar mais emprego.

Ninguém tem nenhum tipo de sentimento perverso para torcer pelo contrário", comentou.

"Mas a função do Banco Central é zelar pela **inflação**, é tomar cuidado para que esses indicadores não se transformem em um tipo de desarranjo que sinalize o crescimento da demanda numa velocidade muito descompassada com o crescimento da oferta." Segundo operadores, as novas declarações de Galípolo ajudaram a impulsionar o mercado ontem,

que teve um dia de recorde histórica na Bolsa e de queda do dólar.

LULA. Questionado durante o evento, Galípolo respondeu que nunca sofreu pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tomar uma atitude em determinada direção. "O que eu posso fazer é dar um testemunho no sentido contrário (ao do intervencionismo de Lula)." Até aqui, Galípolo é o nome mais forte para substituir Roberto Campos Neto na presidência do BC (seu mandato expira no fim do ano). A partir de 2025, a diretoria do BC será composta, majoritariamente, por integrantes indicados por Lula.

Valor 10,5% ao ano é o atual patamar da taxa básica de juro, a Selic

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Mercado projeta inflação de 4,22%, indica Focus

O mercado financeiro subiu as projeções para a **inflação** deste ano pela quinta semana seguida. De acordo com nova edição do relatório Focus (compilação feita pelo Banco Central com as previsões de bancos e consultorias), a mediana das estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 4,20% para 4,22%, se distanciando ainda mais do centro da meta de **inflação** perseguida pelo BC (de 3%). Um mês antes, essa projeção era de 4,05%. Para 2025, a estimativa intermediária para o IPCA cedeu de 3,97% para 3,91%, a segunda baixa seguida.

As projeções chegam em um momento delicado para a política monetária, em que se discute até se será necessário elevar a taxa de juros na próxima reunião do Copom, em setembro.

De outro lado, a projeção mediana para a variação do **PIB** no ano subiu de 2,20% para 2,23%, após o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br, considerado uma "prévia" do **PIB**) ter mostrado forte expansão em junho.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Chegamos perto de fazer intervenção no câmbio"

**MÍRIAM LEITÃO**

ENTREVISTA: Roberto Campos Neto / presidente do banco central Executivo diz que decisão de não intervir no câmbio foi colegiada e correta. Sobre alta de juros, afirma que Copom não quis sinalizar próximos passos, mas que situação internacional melhorou nas últimas semanas

Nunca houve um espírito de equipe tão grande no Banco Central (BC), disse o presidente Roberto Campos Neto em entrevista exclusiva ao GLOBO, negando que haja conflitos neste momento dentro do BC. Sobre a possibilidade de aumento de juros, ele diz que o Comitê de Política Monetária (Copom) não quis antecipar o que acontecerá na próxima reunião (dar guidance), mas lembra que a situação internacional melhorou muito nas últimas semanas e alerta que o mercado está falando em alta de juros, mas os economistas não. Campos Neto revela que o Banco Central esteve muito perto de intervir no câmbio. Na entrevista, ele enfrentou com bom humor, e relaxado, as perguntas sobre as tensões políticas do BC e deu conselhos ao futuro presidente da instituição.

Desde de que o BC falou da possibilidade da alta de juros, o mercado passou a apostar em alta de juros. O BC acaba sendo um organizador dessas expectativas de alta de juros?

A gente sempre disse que, se fosse necessário subir os juros, subiria, mas não lembro de ter falado de alta de juros. O mercado já vinha colocando um pouco de expectativa de alta na curva. Mas não depende só do mercado, precisa olhar o cenário daqui para frente. A economia está forte, parte do mercado de trabalho está forte, a **inflação** em 12 meses bateu 4,5%, mas vai cair um pouco, e os próximos números vão ser melhores. A gente tem uma tese não comprovada, mas com indícios, de que o mercado de trabalho forte está começando a afetar serviços, mas ainda não está evidente. Por outro lado, sobre a economia americana há agora a percepção de que haverá desaceleração organizada. Os economistas não estão prevendo alta (de juros) para este ano, mas o mercado sim. É importante ter calma, ter cautela nos momentos de muita volatilidade.

Aquele fantasma, que produziu um dia tão terrível de quedas de Bolsas no mundo inteiro, sumiu?

Esse fantasma tinha três razões. O medo de que a desaceleração nos EUA fosse ser muito mais forte. Esse fantasma desapareceu. Outra razão era que uma parte grande do mercado financeiro mundial estava "fundido" em iene, ou seja, tinha a perspectiva de que, no Japão, a taxa de juros ia ficar baixa para sempre, de que era fácil pegar dinheiro emprestado lá para aplicar em outros lugares. Esse movimento foi desmontado em mais ou menos 50% a 60%, já não tem mais o mesmo peso. O mercado começou a ter uma preocupação muito grande sobre a relação entre EUA e China, com medo de uma desaceleração global.

O que fica mais provável: o cenário de alta de juros ou o cenário de manutenção dos juros por mais tempo?

O que posso dizer, e de novo, é que há opiniões divergentes no grupo sobre o balanço de riscos, se são simétricos ou não. A gente vai decidir no próximo Copom.

Mas em setembro, o Fed (BC dos EUA) estará reduzindo os juros e a gente subindo?

O mundo saiu de uma sincronia de política monetária para uma não sincronia. Precisa observar como é que isso vai se dar nos EUA. O mercado está muito volátil. Tem uma tese de que a **inflação** aqui está sendo realimentada por uma atividade forte, por um emprego forte. E verdade? Vamos olhar. O que aconteceu com a taxa de juros longa nesse período? Ela até caiu, vem melhorando. O câmbio, que estava muito volátil em volta da última reunião do Copom, parece que está melhor. Tenho a percepção de que isso está melhor do que estava na data em volta da última reunião do Copom.

Por que não foi feita uma intervenção no câmbio naquele momento, que estava bem alto?

A gente discutiu em alguns momentos se deveria vender câmbio ou não, olhou as variáveis. A curva longa de juros estava subindo muito, e uma das coisas que a gente aprendeu aqui é que tem que fazer intervenção quando tem disfuncionalidade no mercado.

Mas não tinha?

A gente olhava a liquidez no câmbio e achava que não. Olhava a precificação do câmbio com outras variáveis do Brasil e achava que não. Mas quando olhava, a desvalorização do câmbio tinha sido bastante rápida naquele período. Então gerou um debate, a gente preferiu esperar. Teve momentos que a gente estava preparado para intervir de fato. Mas se mostrou uma decisão bastante boa não intervir: o câmbio voltou, a taxa de juros longa voltou. A desvalorização é uma percepção de piora no risco de um país. O problema quando você faz intervenção é que não consegue intervir em todos os mercados. E o que acontece, geralmente, é que o pessoal que está buscando o hedge (proteção) foge para a taxa de juros longa, que é muito mais disruptiva, porque o Tesouro não tem como re-comprar, tem que se financiar. Ao contrário, o Brasil tem até dívida crescente. O temor é gerar disfuncionalidade em outros mercados. Então, a interpretação foi que era uma coisa passageira. Se fizer intervenção, pode passar a percepção errada. E o mercado voltou ao patamar que estava três semanas antes. Mas nós chegamos perto de fazer a intervenção e discutimos isso durante alguns dias. E, de novo, não é decisão só minha. Discutimos com o diretor de Política Monetária, com pessoas da mesa, a gente falou com outros diretores. Foi uma decisão colegiada.

Você queria uma transição tranquila, mas houve muita briga entre o governo e o BC. Continua com essa expectativa?

Preciso fazer uma correção,

porque briga é quando tem dois atacando ou se defendendo, e a gente nunca atacou, então não teve briga. Teve algumas críticas ao BC. A transição está sendo supersuave. As últimas duas reuniões do Copom, não lembro de ter tido espírito de equipe tão grande entre todos nós. A gente diz, fizemos um negócio aqui, deu ruído grande, entendemos o ruído. Não foi pela divisão em si, foi pela percepção de que a divisão poderia ter sido política. Vamos consertar. Não lembro, durante muito tempo aqui, de o grupo estar tão coeso como está hoje. Então acho que isso é sinal de que a transição está sendo suave. Eu me comprometi a fazer isso. Eu mesmo sugeri que fosse antecipada a nomeação para poder fazer a transição suave. Eu me comprometi a ficar até o último dia, a ajudar durante a sabatina ou durante o período que for. Isso está acontecendo.

Quando falava em antecipar, que mês tinha em mente?

Não tinha um mês muito certo na cabeça. Sabia que a eleição municipal ia gerar, vamos dizer assim, um período onde seria difícil mobilizar forças em Brasília.

Tinha na cabeça que a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) funciona até o meio ou o fim de novembro. E o processo de sabatina leva tempo. Tem o rito do Senado. Há um treinamento no BC que todo mundo faz, eu fiz, o Ilan fez, que é sobre o que pode ser a sabatina, quais são as perguntas, os temas. É óbvio que quem já está no BC está mais inteirado. Setembro seria bom, mas um mês a mais, um mês a menos, não faz muita diferença.

A partir da indicação de alguém, você perderá poder, ficará na sombra e o outro, sob a luz. Isso incomoda?

Não, sempre achei que tem dois tipos de poderes: o poder por autoridade e o por conhecimento. Sempre tentei exercer no Banco Central o poder por conhecimento. E o poder por conhecimento continua, inclusive quando sair do Banco Central. Não tenho incômodo com isso, quero ajudar na transição e tenho certeza de que quem entrar vai conversar comigo e falar: "o que você acha disso?" No fim das contas, não estou muito preocupado com o poder, estou preocupado com a continuidade.

Como avalia a transição do governo Bolsonaro?

Eu teria feito uma transição mais suave, sempre acreditei na transição suave. Em alguns ministérios foi assim, em outros não. Não cabe a mim criticar, cabe dizer o que acho que tenho que fazer para melhorar a institucionalidade do BC. E no meu caso, tenho que fazer uma transição suave, me comprometi com isso e estou fazendo isso.

O presidente Lula várias vezes o criticou, falando que você era uma espécie de inimigo do país. Como sente esse tipo de crítica?

É um discurso mais político do que técnico. Sou técnico, então não entro no campo político. O que vai ficar quando eu sair do BC são as entregas que fiz. Estou mais preocupado em conseguir entregar as novas fases do Open Finance, no que vamos fazer diferente no Pix, se vou entregar a **inflação** na meta, do que com qualquer tipo de crítica política.

"Não lembro, durante muito tempo aqui, de o grupo estar tão coeso como está hoje. Então acho que isso é sinal de que a transição está sendo suave"

"É importante ter calma, ter cautela nos momentos de muita volatilidade"

"Não estou muito preocupado com o poder, estou preocupado com a continuidade"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Ibovespa, enfim, renova sua máxima histórica

**PAULO RENATO NEPOMUCENO**

O Ibovespa renovou ontem sua máxima histórica, encerrando em alta de 1,36%, aos 135.778 pontos. Durante as negociações, o principal índice da B3 chegou a superar 136 mil pontos. O recorde anterior, atingido em 27 de dezembro do ano passado era de 134.193 pontos. No último dia 15, o Ibo-vespa ficou a 40 pontos desse patamar. Para analistas, o novo recorde pode ser superado nos próximos dias.

Com a alta de ontem, o Ibovespa agora acumula valorização de 1,19% no ano.

"Se o índice continuar marcando novas máximas ou fechar três pregões pelo menos acima dos 134.400 pontos, mostrará resiliência no movimento e os próximos objetivos estão em 137.000, 141.000 e 150.000 pontos", afirmaram em relatório os analistas do Itaú BBA Fábio Perina, Lucas Piza e Igor Caixeta.

-Um ponto favorável para algumas ações brasileiras é a possibilidade de um câmbio mais valorizado, beneficiando empresas que dependem disso, como as aéreas. Por outro lado, muitas estão endividadas e precisam de sinais do nosso Banco Central sobre a manutenção dos juros ou pelo menos que eles não subam muito -diz Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Levantamento da consultoria Elos Ayta aponta que, com o novo recorde, o Ibo-vespa acumula valorização de 113,6% desde os 63.569 pontos registrados em 23 de março de 2020, no início da pandemia de Covid.

## GALÍPOLO

Para analistas, a alta de ontem advém de um cenário misto de aspectos positivos: as expectativas de que os Estados Unidos não caiam em recessão e que os juros lá serão reduzidos no mês que vem, assim como os resultados trimestrais positivos divulgados por empresas brasileiras.

-O principal catalisador é o apetite por risco lá fora, que aumentou nos últimos dois meses. É o fato de que o mercado está cada vez mais otimista com o cenário de que o Fed (Federal Reserve, o BC americano) vá cortar os juros em setembro -afirma Jennie Li, estrategista de ações da XP.

A taxa básica dos EUA está hoje entre 5,25% e 5,5%, o maior patamar desde 2001, o que atrai investidores que não querem colocar dinheiro em mercados de maior risco.

Jerson Zanlorenzi, responsável pela mesa de ações do BTG Pactual, lembra ainda que o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, vem reafirmando seu compromisso com o combate à **inflação**. Ele é visto como o mais cotado para assumir o comando da autoridade monetária no ano que vem.

- Houve uma melhora de percepção de risco do Brasil, após o congelamento de R\$ 15 bilhões, e mais recentemente do Banco Central. O (Gabriel) Galípolo, que tudo indica ser o próximo presidente (do BC), demonstrou uma visão mais dura de combate à **inflação** e comprometimento em convergir a **inflação** para a meta- diz Zanlorenzi.

A maior alta do Ibovespa foi a Petz, que saltou 23,87%, a R\$ 4,67. Os papéis ligados à economia interna também tiveram fortes ganhos, como Marfrig (13,19%, a R\$ 14,59), CVC (12,04%, a R\$ 2,14) e Magalu (10,65%, a R\$ 13,92).

Com relação aos juros futuros, a expectativa de que o BC eleve os juros (leia mais abaixo), as taxas do Depósito Interfinanceiro (DI) nos contratos de curto prazo aumentaram, caindo nos de médio e longo prazo. A taxa DI para janeiro de 2025 avançou de 10,84% para 10,845%. Já aquela para janeiro de 2026, recuou de 11,635% para 11,58%, e a de janeiro de 2028, caiu de 11,505% para 11,385%.

-A política fiscal, que tende a impactar a ponta longa, é o que importa para os investidores. A mais curta é um ajuste sobre as falas mais duras de membros do BC nos últimos dias -diz Jennie Li, da XP.

## MOVIMENTO GLOBAL

Já o dólar comercial encerrou em queda de 1,03%, a R\$ 5,41. É o menor patamar desde 24 de junho, quando encerrou a R\$ 5,39. O movimento de desvalorização da moeda americana foi global.

-A desvalorização global do dólar vem da aposta no corte dos juros nos EUA -diz Camila Abdelmalack,

economista-chefe na Vedhaa Investimentos, que cita ainda a avaliação de que o BC vai subir a Selic. - Isso gera uma expectativa de aumento no diferencial de juros (entre Brasil e EUA), atraindo capital estrangeiro com essa possível "gordura" de juros aqui.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeções reunidas no Boletim Focus apontam PIB e inflação maiores no ano

*(Paulo Renato Nepomuceno)*

Analistas ouvidos pelo Banco Central para o Boletim Focus voltaram a elevar suas projeções para a **inflação** deste ano. O relatório divulgado ontem com as estimativas do mercado mostra que a expectativa é de um IPCA a 4,22% no fim do ano, contra 4,20% na semana passada. Há um mês, a previsão era de 4,05%.

A expectativa do mercado vem se afastando do centro da meta, de 3%, e se aproximando do teto, de 4,5%.

Avançaram também as projeções para o dólar, de R\$ 5,30 para R\$ 5,31, e para o **PIB**, de 2,20% para 2,23%.

Apesar da mediana das expectativas ter mantido a previsão da manutenção da Taxa Selic em 10,5% ao ano até o fim de 2024, algumas casas já revisaram o cenário para um alta de juros no curto prazo.

Para 2025, o mercado vê a **inflação** menor, assim como o crescimento da economia. O IPCA, segundo as expectativas, ficará em 3,91% em 2025, ante 3,97% na semana passada. Já as projeções para o **PIB** recuaram de 1,92% para 1,89%.

Com relação à taxa básica de juros (Selic), as estimativas para o fim do ano que vem passaram de 9,5% para 10%. Já as projeções para o câmbio ficaram estáveis, em R\$ 5,30.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ibovespa tem novo recorde e dólar cai 1% com exterior e BC

**Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Gabriel Roca**  
**De São Paulo**

O ambiente externo positivo e a melhora na percepção de risco dos agentes financeiros sobre a condução da política monetária do Brasil abriram espaço para a continuidade da valorização dos ativos locais. O bom humor generalizado no mercado doméstico acabou levando o Ibovespa a uma nova máxima histórica de fechamento, ao passo que o dólar encerrou o dia em queda superior a 1%.

As declarações conservadoras do diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, que reforçou a possibilidade de voltar a subir os juros no curto prazo, contribuíram para uma ampla retirada de prêmios de risco nos ativos locais ontem. E, diante da forte queda sofrida pelo dólar e pelas taxas de longo prazo, o Ibo-vespa anotou um novo recorde histórico de fechamento ontem, impulsionado também pela perspectiva de cortes de juros nos EUA.

No fim do dia, o Ibovespa subiu 1,36%, encerrando a sessão aos 135.778 pontos. Já o dólar comercial fechou negociado em queda de 1,03%, cotado a R\$ 5,4114, ao passo que os juros futuros de curto prazo terminaram em ligeira alta e os de longo prazo exibiram queda. No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,84% para 10,845%, enquanto a taxa do DI para janeiro de 2027 recuou de 11,565% para 11,415%.

Segundo Fernando Siqueira, chefe de pesquisas da Guide Investimentos, a principal explicação para o movimento de alta do Ibo-vespa em agosto está nos sinais mais claros de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) iniciará o ciclo de corte de juros na próxima reunião em setembro. Além disso, os últimos dados da economia americana afastaram, ao menos por ora, o temor de uma recessão na economia americana.

"O fluxo do investidor estrangeiro tem sido positivo quase todos os dias, e isso foi mais evidente neste mês, mas em julho também já foi criada essa expectativa", observa. Até 15 de agosto, os estrangeiros aportaram mais de R\$ 4 bilhões no mês, diminuindo um pouco o déficit que o segmento acumulou ao longo do primeiro semestre, que totaliza

R\$ 32,5 bilhões.

Os resultados das empresas no segundo trimestre, com exceção de parte das exportadoras de commodities, também influenciaram positivamente no desempenho do índice. "Setores de saúde, varejo, construção, frigoríficos, mais voltados para a economia brasileira, têm ajudado bastante a bolsa", diz Siqueira.

Em relatório enviado a clientes, os analistas do Banco Safra afirmam que a tendência positiva dos resultados deve continuar no terceiro trimestre. Nesse sentido, as construtoras de baixa renda são atraentes, em função de bons números operacionais, com aumento de lançamentos e vendas em cerca de 40% por ano. Os frigoríficos, ainda segundo o Safra, também se destacam.

Como fatores secundários de contribuição para o avanço da bolsa brasileira, Siqueira cita a menor depreciação do câmbio, os bons resultados das empresas listadas no segundo trimestre e a mensagem de que o "Banco Central está mais coeso".

"Um fator importante são os sinais mais claros sobre a política monetária. Depois daquela divisão do Copom, em que os indicados pelo Lula votaram pelo corte e de juros, e os indicados pelo Bolsonaro votaram pela manutenção das taxas, as expectativas de **inflação** foram revisadas para cima. Hoje o que estamos vivendo é um BC mais unânime, reduzindo o risco de a autarquia ser mais leniente com a **inflação**. Isso ajuda as taxas de médio e longo prazo", explica.

Marcelo Yagui, gestor de moedas da BlueLine, aponta que o Banco Central, nas últimas semanas, tem mostrado que está disposto a adotar o remédio amargo de subir juros para controlar a **inflação**. "E ao se mostrar propenso a agir, o mercado reagiu e tirou prêmio de risco de todos os ativos", diz. "Estamos vendo a parte longa da curva de juros cedendo, o câmbio e bolsa também melhorando; no relatório Focus também estamos vendo uma melhora nas expectativas, talvez como reflexo do câmbio." Ontem, o relatório Focus do BC mostrou que economistas do mercado reduziram suas projeções de IPCA em 2025 de 3,97% para 3,91%, além de terem elevado a projeção da Selic no ano que vem de 9,75% para 10%.

Já no mercado de opções digitais de Copom, a

probabilidade de manutenção da Selic em 10,5% em setembro caiu de 31,5% para 25%, ao passo que a chance de alta de 0,25 ponto subiu de 38% para 42% e a de elevação de 0,5 ponto avançou de 29% para 31%.

Para além dos preços de mercado, os recentes sinais emitidos por membros do Copom também têm levado a uma série de revisões nos cenários base de instituições financeiras. Ontem, foi a vez de a XP Investimentos e do BTG Pactual apontarem que esperam elevações na Selic já na reunião de setembro.

"Como temos afirmado, a ação está se tornando cada vez mais necessária e, à luz das recentes comunicações do BC, agora achamos altamente provável que um ciclo de aumento da taxa se materialize a partir da próxima reunião do Copom em setembro. De fato, um movimento agora tenderia a favorecer cenários de flexibilização da política monetária em 2025, especialmente se a política fiscal mostrar apoio. Dito isso, continuamos atentos às próximas divulgações de dados econômicos e, principalmente, à comunicação do BC nas próximas semanas para reafirmar ou reavaliar nossa visão antes da próxima reunião", afirmam os economistas Cláudio Ferraz, Bruno Martins e Bruno Balassiano, do BTG.

"Estamos vendo um BC mais unânime, reduzindo o risco de ser leniente. Isso ajuda as taxas de médio e longo prazo" Fernando Siqueira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961>

# Tom duro de Galípolo aumenta aposta favorável ao real

**Arthur Cagliari e Victor Rezende De São Paulo**

Nas últimas duas semanas, o real recuperou parte da desvalorização que sofreu ao longo do mês de julho. O dólar acumula queda de 4,29% contra a divisa brasileira em agosto, e já testa o nível de R\$ 5,40, em um ambiente de dissonância na percepção do mercado sobre a condução futura da política monetária no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto o Federal Reserve (Fed, banco central americano) sinaliza cortes nos juros já em setembro, o Banco Central do Brasil tem reforçado o tom conservador, que leva boa parte do mercado a embarcar na expectativa de um novo ciclo de elevação da Selic a partir do próximo mês.

É nesse contexto que a aposta favorável ao real feita pelo investidor institucional local voltou a aumentar. Desde o começo do mês, com a divulgação da ata da reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, a posição vendida em dólar contra o real (aposta na queda da moeda americana) pelo investidor local aumentou de US\$4,6 bilhões para US\$ 8,13 bilhões na última sexta-feira, de acordo com dados da B3 sobre derivativos de câmbio (dólar futuro, cupom cambial, swap cambial e dólar mini).

Assim, diante de um menor receio sobre as futuras decisões do colegiado, perde sentido a cobrança de prêmio de risco elevado para operações envolvendo a moeda brasileira, conforme apontam gestores ouvidos pelo Valor.

"Tanto o cenário externo quanto o interno contribuíram para essa melhora do real", diz o gestor de moedas da Vinland Capital, Vinícius Coletto. "Mas o fator principal foi a postura mais firme do BC em relação ao controle da **inflação**. Houve um estresse no mercado há alguns meses em relação ao BC, com desconfiança sobre a postura futura do [diretor de política monetária do BC, Gabriel] Galípolo. Agora, com o discurso mais conservador, houve mais espaço não só para eliminar prêmio de risco, mas também no sentido de beneficiar a moeda no que se refere ao "carrego" [carry] do diferencial de juros", diz.

Com a perspectiva de que a autoridade monetária manterá o rigor no combate às pressões inflacionárias, o diferencial de juros se mantém elevado não apenas porque a Selic não irá cair mais rápido, mas porque a

taxa real tende a ficar maior por conta de uma **inflação** mais controlada. Além disso, a outra ponta do diferencial, a dos EUA, tem sinalizado um processo de flexibilização monetária em breve.

"O "soft landing" [pouso suave] da economia americana tende a beneficiar as moedas de maior beta [medida que indica maior volatilidade], como é o caso do real", diz Rodrigo Cabraitz, trader de câmbio da Principal Claritas. "O que vimos nessas últimas semanas foi justamente um conjunto de dados que mostraram um cenário em que afasta a ideia de "hard landing" [pouso forçado] - que possivelmente gera uma recessão da economia americana e mantém o dólar forte -, para voltarmos a esperar por uma desaceleração gradual", observa o operador.

Nesse ambiente, Renato Junqueira, sócio e gestor da Gap Asset, diz gostar do real e adota em sua carteira posições que apostam na valorização da moeda brasileira. "Passamos por um momento anterior, no dissenso do Copom de maio, que gerou muito ruído sobre a transição no BC. O real chegou a estar perdendo 10% no ano contra uma cesta de moedas pares que acompanhamos. Agora, estamos caminhando no sentido de esclarecer um pouco como vai ser essa transição e o fato de o Galípolo ter vindo a público ajuda na tentativa de ganhar credibilidade", diz.

Junqueira, assim, mantém a aposta no real e avalia que ainda há espaço para uma apreciação da moeda brasileira, especialmente se comparado o desempenho no ano entre o real e outras moedas emergentes. "Claro, esse movimento das últimas semanas é impressionante, mas ocorre depois de outro movimento impressionante", enfatiza o gestor, ao lembrar que, também recentemente, o dólar chegou a R\$ 5,86. Para ele, com o BC mais duro e o Fed falando em cortar juros, o cenário favorece o real mais valorizado.

Em momentos em que os juros estão muito elevados nos EUA, o dólar costuma também estar fortalecido devido à atratividade de capital causada pelos títulos americanos. A partir de sinais de desaceleração da economia dos EUA, a perspectiva é de que haverá cortes de juros e aumento no fluxo de saída, o que enfraquece o dólar e tende a favorecer emergentes. Mas, se a desaceleração ganha força e indica chances de recessão nos EUA, investidores passam a buscar

refúgio em ativos de segurança, e, assim, o dólar volta a se fortalecer. A dinâmica é conhecida como "Dollar Smile" (Sorriso do Dólar), na teoria do economista Stephen Jen.

E é justamente o caminho do dólar, agora, que deverá ser observado com atenção pelo BC quanto à postura futura da política monetária. Para Cabraitz, da Principal Claritas, nesta semana, com o simpósio de Jackson Hole, se o presidente do Fed, Jerome Powell, se mostrar cauteloso e dependente de dados, e posteriormente se o deflator de gastos com consumo (PCE) e os dados de emprego "(payroll)" vierem em linha com o esperado, a autoridade monetária brasileira pode ganhar tempo antes de subir os juros.

"Ficaria complicado subir o tom nesse contexto, porque o exterior vai ajudar. Tem margem para subir as taxas, mas não necessariamente agora", diz o trader. "Por isso, pensamos em ter posição no real, mas não contra o dólar, e sim contra outras moedas latino-americanas, como é o caso do peso mexicano." Coletto, da Vinland, é mais certo quanto a um aumento nos juros na próxima reunião do Copom, em setembro. Ele diz que seria "bastante grave" se o BC não elevasse a Selic no próximo mês, dado que, em suas falas recentes, Galípolo fora bastante vocal sobre comprometimento com alta de juros. "Pelo menos é o que o mercado está entendendo", afirma. "Se o BC fizer esse movimento para depois não subir [juros], acho que o dólar valorizará bastante contra o real, e penso que será difícil depois cair de novo, porque já tivemos um problema de credibilidade lá atrás, quando houve divisão do Copom." Coletto diz ter posições vendidas em dólar contra o real no momento, mas revela que não pretende estender essa estratégia por muito tempo. "Acreditamos que, no curto prazo, o real possa, sim, andar um pouco mais. Não vamos ver o dólar voltar para R\$ 5,00, mas mais para perto do nível de R\$ 5,40 e R\$ 5,35", afirma. "Mas tenho o receio de que o "técnico" comece a ficar pesado [muitas apostas a favor do real] e ainda há questões fiscais a serem resolvidas, então poderíamos ver um gatilho de piora ser acionado [o que levaria a uma dinâmica de desvalorização rápida do câmbio]", alerta o gestor da Vinland.

US\$ 8,1 é a posição vendida em dólar contra o real dos fundos locais

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961>

# Galípolo vê "assimetria" no balanço de riscos, mas evita projeção

**Cibelle Bouças e Gabriel Roca De Belo Horizonte**

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, voltou a emitir uma mensagem dura sobre a condução da política monetária ontem, ao reforçar que todos os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) se colocaram à disposição para voltar a elevar os juros caso seja necessário.

O dirigente, que é o mais cotado para assumir a presidência da instituição no ano que vem, também revelou que é um dos membros do colegiado que consideram que o balanço de riscos está assimétrico - com mais fatores para alta do que para queda da **inflação** -, ainda que isso não represente uma orientação para a próxima decisão do BC.

Em evento realizado em Belo Horizonte, Galípolo afirmou que havia, entre os agentes locais, um ceticismo sobre se a nova gestão do Banco Central estaria disposta a aumentar os juros. "Toda essa diretoria, bem como os membros que foram indicados pelo governo, se colocou à disposição para elevar as taxas de juros se for necessário. Foi importante afastar esse ceticismo e, nesse sentido, também foi importante a entrevista recente do [presidente] Lula, que indica que os novos indicados vão trabalhar dentro da institucionalidade do BC", disse.

Apesar das declarações, Galípolo buscou, em diversas oportunidades, afastar a ideia de que os sinais de que o Copom está disposto a retomar o aperto monetário no Brasil seriam uma espécie de "guidance" (projeção) e, portanto, sua comunicação estaria alinhada àquela sublinhada na ata da última reunião.

De acordo com ele, suas falas recentes receberam algumas críticas por, supostamente, mostrar um tom descolado da comunicação oficial do Banco Central. "Gostaria de tentar explicar e afastar essa interpretação em dois pontos. Um é o fato de eu ter dito que o balanço de riscos é assimétrico hoje. Alguns membros veem como assimétrico e um número considerável indicou que existem mais riscos de alta para a **inflação**. Minha intenção foi a de dizer que sou um que entende que o balanço está assimétrico. Mas afirmar que ele está assimétrico não indica nenhum tipo de guidance, reforcei isso desde minha primeira fala", afirmou.

O outro ponto apontado por Galípolo foi sua avaliação recente de que a projeção de **inflação** do Banco Central no horizonte relevante, de 3,2%, está acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central, que é de 3%. Havia alguma dúvida entre participantes do mercado sobre se o número poderia configurar um desvio estatístico, que o BC costuma classificar como "ao redor da meta".

Apesar das ponderações, Galípolo, assim como fez na semana anterior, reforçou que ficou satisfeito com a forma que o mercado havia interpretado suas comunicações recentes. Nos últimos dias, agentes financeiros têm ampliado as apostas de que o Copom irá voltar a aumentar a Selic, direcionados, em boa parte, pelos comentários mais duros emitidos por ele.

O diretor também voltou a mostrar preocupação com a trajetória da **inflação** de serviços, que tem registrado patamares acima da média da **inflação** preocupando o Banco Central. "O BC tenta entender o quanto a economia mais aquecida pode se transmitir para salários e preços. A **inflação** de serviços está maior. Esse é um indicativo relevante, não só pela inércia [inflacionária], mas também por ser algo que a gente não consegue importar", afirmou.

Galípolo acrescentou que não é possível identificar hoje de modo claro o repasse do impacto do mercado de trabalho mais aquecido para salários e preços, apesar da deterioração na expectativa de **inflação** para os próximos anos.

"A **inflação** de serviços está rodando em um patamar acima e desconfortável. A **inflação** de alimentos tem vindo um pouco melhor por causa de commodities. A **inflação** de bens industriais vem com comportamento pior que no ano passado", disse.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187961>



# Inadimplência de micro e pequena empresa estaciona em patamar alto

Depois de cair para a mínima histórica de 1,9% no fim de 2020, com as medidas de apoio promovidas pelo governo em função da pandemia, a inadimplência de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) avançou ininterruptamente até atingir o pico de 4,6% em maio deste ano. O indicador, agora, dá sinais de estabilização.

Executivos do setor indicam que pode haver alguma melhora no indicador, na esteira da redução que já houve na inadimplência de pessoa física. Ainda assim, existem riscos no horizonte.

O estresse nos mercados financeiros nas últimas semanas é um sinal de alerta, e as perspectivas para 2025 são de um **PIB** mais fraco. Além disso, há risco de que a taxa Selic, que está em 10,5% ao ano, volte a subir - enterrando projeções de que poderia cair a 9%.

Muitas empresas menores não têm garantias para oferecer aos bancos e, assim, vivem de capital de giro, que é um crédito mais caro. Em um cenário de alavancagem um pouco mais elevada, qualquer alteração nos juros pode ter impacto relevante para elas.

De acordo com dados do Banco Central, após o pico de 4,6% em maio, a inadimplência de MPMEs recuou para 4,4% em junho (dado mais recente). É um nível parecido com o de meados de 2019. Normalmente, nos ciclos de crédito a inadimplência começa em pessoa física e depois se espalha para micro e pequenas empresas, seguindo para médias e para as grandes se a situação perdurar. Ou seja, há uma defasagem natural entre pessoas físicas e MPMEs. Desta vez, a inadimplência das famílias atingiu o pico de 4,2% no segundo trimestre do ano passado, passou a cair e se estabilizou em 3,7%.

A maior carteira de MPMEs do Brasil é do Itaú Unibanco, e soma R\$ 198,2 bilhões, ou 18,7% do crédito total do sistema financeiro nacional para o segmento. A inadimplência ali ficou basicamente estável ao longo do último ano, passando de 2,5% em junho do ano passado para 2,6% agora. Na divulgação dos resultados do segundo trimestre, o CEO do banco, Milton Maluhy Filho, disse que a carteira teve alta anual de 12,5% e que, em termos de qualidade dos ativos, o indicador de inadimplência de curto prazo

(atraso de 15 a 90 dias) caiu 0,2 ponto percentual em um trimestre, o que "mostra uma tendência bastante positiva".

No Bradesco, com uma carteira de R\$ 184,1 bilhões em operações com MPME, houve expansão anual de 10,2% e a inadimplência recuou de 7% para 5,4% em um ano. Ainda assim, o CEO, Marcelo Noronha, afirmou que o apetite de risco é moderado. A originação de crédito no segmento atingiu um piso em junho do ano passado, quando representou 58% do que era produzido na média mensal de 2019. Desde então, vem sendo retomada gradualmente e ficou em 95% em junho. "Estamos seguros em relação ao que estamos fazendo, crescendo em linha com o mercado, não estamos extrapolando esses níveis de crescimento [em PF] e estamos com menos apetite ainda no PME", afirmou.

Se a "foto" para MPMEs não é tão ruim, o "filme" pode ser um pouco mais complexo. Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), afirma que houve uma leve desalavancagem de famílias e empresas menores, mas ainda há um estoque de crédito inadimplente não resolvido. "Os juros, mesmo com a queda da Selic de 13,75% para 10,50%, estão altos e a rolagem da dívida pesa. Revisei minha projeção de Selic para 12% no fim do ano e isso significa que o sistema financeiro vai começar a ficar mais seletivo com o segmento. Elas vão enfrentar mais dificuldades." Em relatório sobre o Bradesco, o Goldman Sachs diz que a queda na inadimplência em MPMEs pode abrir espaço para um novo ciclo de crescimento, mas lembra que o segmento tende a oscilar mais com as condições macroeconômicas. Para o banco, um dos principais riscos é haver um ciclo de crédito prolongado, particularmente para baixa renda e micro e pequenas empresas, que possa levar à piora da qualidade dos ativos.

Se no Bradesco e no Itaú a situação das MPMEs é mais confortável, no Banco do Brasil e no Santander o contexto é um pouco diferente.

No banco público, o saldo cresceu 10,7% em um ano, a R\$ 121,8 bilhões, mas a instituição diz que o avanço da inadimplência de pessoa jurídica em geral - que subiu para 3,38%, de 2,58% um ano antes - foi muito

concentrado em micro, pequenas e médias empresas. Segundo o vice-presidente de controle de riscos do BB, Felipe Prince, a inadimplência de pessoa física já está no patamar esperado, porém a de empresas está "um pouco mais nervosa", ainda que "sob controle".

No Santander o crescimento da carteira de MPMEs foi de 14%, a R\$ 70,9 bilhões, mas a inadimplência subiu para 4,7% em junho, de 4,2% um ano antes. O vice-presidente financeiro, Gustavo Alejo, disse que, apesar disso, nos atrasos de curto prazo há sinais de melhora. O CEO do banco, Mario Leão, ressaltou que o aumento da inadimplência também tem a ver com uma política mais dura para renegociações de dívidas. "A gente tem sido muito menos aberto a fazer acordos sem nenhum componente caixa. Portanto, muito mais restritivo na forma como a gente permite que um acordo seja rolado. É ótimo para a saúde da carteira, porque a gente vai fazendo um "de-risking" [redução de risco] mais acelerado. O preço disso é que a gente tem alguns índices [de inadimplência] afetados." No ABC Brasil, o guidance do ano para o crescimento da carteira de empresas de médio porte foi reduzido para a faixa de 10% a 15% (de 15% a 25%). "No começo do ano a gente esperava um crescimento no middle que ainda não veio", disse Sérgio Borejo, vice-presidente de relações com investidores. Segundo Ricardo Moura, diretor de relações com investidores, os juros mais elevados por mais tempo reduziram a velocidade de crescimento dos clientes.

Em maio, o governo lançou o Desenrola Pequenos Negócios, programa de renegociação de dívidas para empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. O balanço mais recente aponta para R\$ 2,87 bilhões renegociados. Dados do BC e da Serasa mostram que o estoque de crédito que ficou inadimplente de MPMEs é de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões.

Enquanto Itaú e Bradesco mostram cenário mais favorável, BB e Santander têm piora na qualidade dos ativos em MPMEs

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961>

# Ibovespa fecha aos 135 mil pontos e registra recorde

O Ibovespa, principal índice de ações da bolsa de valores, fechou em alta ontem, e bateu seu recorde de pontos no fechamento do pregão: 135.778 pontos. As informações são do Portal G1.

O índice também chegou à máxima de pontuação que ocorre ainda durante o pregão, quando atingiu os 136.179 pontos. Assim, a bolsa zerou as perdas que tinha acumulado no ano e agora registra alta de 1,19%.

A semana começou com os agentes do mercado financeiro de olho nos Estados Unidos. Amanhã, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) divulga a ata de sua última reunião, que pode dar pistas sobre a trajetória que as taxas de juros do país podem seguir nos próximos meses.

Na sexta, os investidores estarão atentos ao discurso do presidente da instituição, Jerome Powell, no Simpósio de Política Econômica de Jackson Hole. Lá, ele deve compartilhar uma visão mais detalhada que o Fed tem sobre a situação da economia dos EUA, que também influencia na decisão de juros prevista para setembro.

O BC americano tem dado a entender que pretende começar a baixar os juros do país na próxima reunião, o que favorece as empresas e melhora as cotações na bolsa de valores.

Enquanto o mercado aguarda os novos dados para da economia americana, o momento é de otimismo e o dólar vive um dia de desvalorização no mundo inteiro. No Brasil, a moeda americana fechou em queda, aos R\$ 5,41 - menor nível desde 24 de junho (R\$ 5,3909).

Na agenda interna, repercutiu bem no mercado financeiro a fala de Gabriel Galípolo, diretor do Banco Central do Brasil e nome mais cotado para a presidência da instituição, em que ele reforça o compromisso da diretoria em trazer a **inflação** brasileira para a meta.

**Site:**

**<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=962&edicao=22155#page/1>**

# Mercado prevê inflação de 4,22%

**PEDRO PEDUZZI**

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou pela quinta semana consecutiva, passando dos 4,2% projetados na semana passada para 4,22%, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC), tendo por base as expectativas de instituições financeiras. O IPCA é considerado a **inflação** oficial do país.

A expectativa para 2025 apresentou queda, na comparação com a semana passada, situando-se em 3,91%. Há uma semana, ela estava em 3,97%. Para 2026, se manteve estável em 3,6%.

No caso da estimativa para o ano corrente, ela se encontra acima da meta de **inflação**, que é 3%. Porém, dentro da margem de tolerância, que é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, o limite inferior é de 1,5%; e o superior, de 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Riqueza do país

O mercado financeiro melhorou as expectativas relacionadas ao Produto Interno Bruto - **PIB**, a soma de todas riquezas produzidas no país. Na semana passada, o crescimento projetado para 2024 estava em 2,2%. Nesta semana, passou para 2,23%. Para 2025, as expectativas de crescimento do **PIB** está em 1,89%, abaixo dos 1,92% projetados há uma semana. E para 2026, estável há 54 semanas em 2%.

Com relação à taxa básica de juros (Selic), as expectativas se mantêm estáveis há 9 semanas, em 10,50% para 2024. Para 2025, subiu dos 9,75% projetados há uma semana, ficando em 10%; e em 2026, estável há 14 semanas em 9%. A Selic é usada pelo BC para alcançar a meta.

**Site:**

**<https://digital.mflip.com.br/pub/edioraatarde/?numero=962&edicao=22155#page/1>**

# Mercado começa a prever selic a 12% no fim deste ano

**CONTRA A INFLAÇÃO** O aquecimento da economia brasileira tem levado corretores e bancos a apostarem no aumento da taxa Selic. XP, Legacy e Asa Investimentos já estão prevendo a Taxa Selic a 12%, com a alta já começando na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom.), do Banco Central, em 17 e 18 de setembro. A Legacy espera esse patamar de juros já no fim deste ano. A XP e ASA em janeiro de 2025, com manutenção dessa taxa alta por todo o ano de 2025.

Política fiscal expansionista (governo gastando mais que arrecada), mercado de trabalho aquecido e as expectativas de **inflação** subindo, distanciando-se da meta, são os motivos apontados pelos analistas para rever tão para cima a taxa Selic. Atualmente, a Selic está em 10,5% ao ano.

A Selic é a taxa de juro básica da economia e a principal ferramenta do Banco Central para controlar a **inflação**. Em alta, ela encarece o crédito, dificultando investimentos e o consumo, o que esfria a atividade econômica do país, preservando, por outro lado, o poder de compra da moeda.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Mercado eleva de novo a projeção da inflação e do PIB para o ano

O mercado financeiro elevou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pela quinta semana consecutiva, passando dos 4,2% projetados na semana passada para 4,22%, segundo o Boletim Focus divulgado na segunda-feira pelo Banco Central (BC).

A expectativa para 2025 apresentou queda, na comparação com a semana passada, situando-se em 3,91%. Há uma semana, ela estava em 3,97%. Para 2026, se manteve estável em 3,6%.

O mercado melhorou as expectativas relacionadas ao **PIB**. Na semana passada, o crescimento projetado para 2024 estava em 2,2%.

Nesta semana, aumentou para 2,23%.

**Site:** <https://www.bemparana.com.br/edicao-imprensa/edicao-19-08-2024/>

# Mercado financeiro prevê inflação de 4,22% para 2024

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou pela quinta semana consecutiva, passando dos 4,20% projetados na semana passada para 4,22%, segundo o Boletim Focus divulgado nessa segunda-feira (19), pelo Banco Central (BC), tendo por base as expectativas de instituições financeiras. O IPCA é considerado a inflação oficial do país.

A expectativa para 2025 apresentou queda, na comparação com a semana passada, situando-se em 3,91%. Há uma semana, ela estava em 3,97%. Para 2026, se manteve estável em 3,6%. No caso da estimativa para o ano corrente, ela se encontra acima da meta de inflação, que é 3%. Porém, dentro da margem de tolerância, que é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, o limite inferior é de 1,5%; e o superior, de 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

## PIB

O mercado financeiro melhorou as expectativas relacionadas ao Produto Interno Bruto - PIB, a soma de todas riquezas produzidas no país. Na semana passada, o crescimento projetado para 2024 estava em 2,2%. Nesta semana, aumentou para 2,23%. Para 2025, as expectativas de crescimento do PIB está em 1,89%, abaixo dos 1,92% projetados há uma semana. E para 2026, estável há 54 semanas em 2%.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

## Selic e dólar

Com relação à taxa básica de juros (Selic), as expectativas se mantêm estáveis há 9 semanas, em 10,50% para 2024. Para 2025, subiu dos 9,75% projetados há uma semana, ficando em 10%; e em 2026, estável há 14 semanas em 9%. A Selic é o principal instrumento adotado pelo BC para alcançar a

meta de inflação.

Em julho, puxado principalmente pelo preço da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a inflação do país foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de inflação.

Já as expectativas relacionadas ao câmbio projetam que o dólar chegará ao final de 2024 cotado a R\$ 5,31, valor ligeiramente mais alto do que o projetado na semana passada (R\$ 5,30). Para 2025 e 2026, o mercado financeiro mantém estáveis as projeções, em R\$ 5,30 e R\$ 5,25, respectivamente.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=loggin&edicao=134904>

# Mercado eleva a previsão do IPCA pela 5ª vez seguida

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou pela quinta semana consecutiva, passando dos 4,2% projetados na semana passada para 4,22%, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC), tendo por base as expectativas de instituições financeiras. O IPCA é considerado a inflação oficial do País.

A expectativa para 2025 apresentou queda, na comparação com a semana passada, situando-se em 3,91%. Há uma semana, ela estava em 3,97%. Para 2026, se manteve estável em 3,6%.

No caso da estimativa para o ano corrente, ela se encontra acima da meta de inflação, que é 3%. Porém, dentro da margem de tolerância, que é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, o limite inferior é de 1,5%; e o superior, de 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O mercado financeiro melhorou as expectativas relacionadas ao Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. Na semana passada, o crescimento projetado para 2024 estava em 2,2%.

Nesta semana, aumentou para 2,23%. Para 2025, as expectativas de crescimento do **PIB** está em 1,89%, abaixo dos 1,92% projetados há uma semana. E para 2026, estável há 54 semanas em 2%.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE.

Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

Com relação à taxa básica de juros (Selic), as expectativas se mantêm estáveis há nove semanas, em 10,50% para 2024. Para 2025, subiu dos 9,75% projetados há uma semana, ficando em 10%; e em 2026, estável há 14 semanas em 9%. A Selic é o principal instrumento adotado pelo BC para alcançar a

meta de inflação.

Em julho, puxado principalmente pelo preço da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a inflação do país foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de inflação.

Já as expectativas relacionadas ao câmbio projetam que o dólar chegará no fim de 2024 cotado a R\$ 5,31, valor ligeiramente mais alto do que o projetado na semana passada (R\$ 5,30). Para 2025 e 2026, o mercado financeiro mantém estáveis as projeções, em R\$ 5,30 e R\$ 5,25, respectivamente. (ABr)

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>



# Galípolo afirma que decisão do Copom sobre a Selic está aberta

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a instituição vai aguardar as próximas quatro semanas até o encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) de setembro para obter "o máximo de dados" e "estar aberto" à decisão sobre a taxa básica Selic, reforçando que todas as opções estão na mesa.

Durante o evento Conexão Empresarial, promovido pela VB Comunicação, em Belo Horizonte, Galípolo afirmou que o cenário é ainda mais desconfortável para a condução da política monetária, com o mercado projetando juros mais elevados à frente, além de uma **inflação** acima da meta, o que "gera incômodo bastante significativo". "Essa combinação é mais desconfortável do que antes", disse.

Ele reforçou a ideia de que o BC está dependente de dados e que até sua próxima decisão de política monetária vai observar indicadores como IPCA, Caged e Pnad, além de números da economia norte-americana e afirmações do chair do Federal Reserve, Jerome Powell.

O próximo encontro do Copom ocorre em 17 e 18 de setembro. A Selic está atualmente em 10,50% ao ano e o mercado tem precificado elevação da taxa básica já no próximo mês, em função do avanço do dólar ante o real e da desancoragem das expectativas de **inflação** diante de um mercado de trabalho aquecido.

Galípolo pontuou que ainda não é possível identificar o "pass through" (transmissão) do mercado de trabalho para os preços. Também reafirmou que não há relação mecânica entre o patamar do câmbio e a política monetária.

O diretor também voltou a afirmar que o BC não forneceu nenhum tipo de "guidance" (indicação) para o próximo encontro do Copom.

Ao mesmo tempo, disse que está satisfeito com a compreensão do mercado sobre a comunicação do BC até o momento.

Na apresentação, ele reafirmou que considera o balanço de riscos para a **inflação** à frente no país assimétrico, com mais riscos de alta, enfatizando que esse posicionamento não representa orientação futura para a condução dos juros.

Em relação a uma melhora recente em indicadores de mercado, ele avaliou que o movimento pode ser atribuído a uma percepção de que a economia norte-americana caminha para um "pouso suave", o que favorece países emergentes, além de uma mudança no entendimento em relação à capacidade do BC brasileiro subir juros se necessário.

Nesse sentido, ele voltou a destacar que todos os diretores da autarquia estão dispostos a elevar a Selic "sempre que necessário" para levar a **inflação** à meta de 3%.

Sucessão no BC - Tido como forte candidato a suceder Roberto Campos Neto na presidência do BC a partir de 2025, Galípolo afirmou que esse é um "não assunto" para diretores da autarquia e que a prerrogativa para a decisão é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo ele, Lula deu um sinal importante ao dizer que não apenas os atuais diretores mas os próximos indicados para as diretorias do BC poderão trabalhar dentro da normalidade institucional, o que gerou uma melhora na percepção de risco pelo mercado.

"Jamais me senti pressionado a ter qualquer tipo de atitude a partir da minha indicação no BC, o presidente tem tido uma atitude republicana", disse. "Eu não sinto qualquer tipo de pressão, pelo contrário, todas as vezes é renovada a liberdade e autonomia", ressaltou.

(Reuters)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# 'O cenário está aberto para o Copom', afirma Galípolo

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou ontem que os integrantes do Copom vão aguardar as próximas quatro semanas até o encontro do colegiado em setembro para reunir "o maior número de dados" e definir a nova Selic - hoje em 10,5% ao ano. Mas ele repetiu que "vamos com todas as possibilidades em cima da mesa para a próxima reunião".

"Está colocada a possibilidade de alta da Selic, mas faltam quatro semanas para a reunião.

Estamos a quatro semanas do próximo Copom, precisamos observar vários dados", afirmou ele, durante evento com empresários e políticos em Belo Horizonte. "O cenário está aberto para a próxima reunião.

Vamos observar IPCA, IPCA-15, Caged, Pnad, **PIB**, lá fora, a própria fala do presidente (Jerome Powell) do Federal Reserve (o banco central americano)." Galípolo disse que a melhora das perspectivas é um dos pontos de atenção, e o BC tem por função "tomar os cuidados para que esses indicadores não se transformem em um desarranjo".

(do Estadão Conteúdo)

**Site:**

[https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab\\_7BA9B8433B3581AA09E1CC6E5D8B0C1DDCE8C8E73FA4FA10535013AA293CDE2F6F59CB71225084BA87FCDA2911EF8FB99B89FE04DB3E4889DC1076179A39903351A4C13AB9EB475CFCF800EF6BF334471C2D549C0C02D73ECC7DC492F419E0D8CCA5D8BBBB70B603F1B662CED5F6ED2E734B1F2407E63104293505054E0BD](https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_7BA9B8433B3581AA09E1CC6E5D8B0C1DDCE8C8E73FA4FA10535013AA293CDE2F6F59CB71225084BA87FCDA2911EF8FB99B89FE04DB3E4889DC1076179A39903351A4C13AB9EB475CFCF800EF6BF334471C2D549C0C02D73ECC7DC492F419E0D8CCA5D8BBBB70B603F1B662CED5F6ED2E734B1F2407E63104293505054E0BD)

# Economia brasileira segue aquecida no âmbito doméstico na expectativa do PIB

No quadro doméstico, Alves, da Melder, destaca "falas duras" de Galípolo com relação a **inflação** e Selic, bem como a queda das expectativas para o IPCA, de acordo com o Boletim Focus, de 4,20% para 4,05%. "Expectativas são o que explica o que se viu hoje", aponta também Gabriel Meira, sócio da Valor Investimentos, com revisões, para cima, na expectativa para a Selic no fim do ano, mesmo considerando a possibilidade de que o Federal Reserve venha a cortar juros nos Estados Unidos.

"Várias casas estão revisando o cenário para Selic no final do ano, com estimativas que chegam a 11,75% para a taxa básica de juros - ou seja, 1,25 ponto porcentual acima do nível em que está hoje", acrescenta Meira, referindo-se também à perspectiva de "soft landing" nos Estados Unidos, sem ajuste abrupto nos juros de referência americanos.

"A queda dos juros nos Estados Unidos tende a ser tranquila, é o que se espera de momento, o que ajuda aqui com a Selic" - e que se reflete também na recente apreciação do real frente ao dólar, aponta o analista.

"Os dados mais recentes sobre a economia americana têm contribuído para afastar os temores quanto a uma possível recessão por lá", diz Marcos Moreira, CFA e sócio da WMS Capital, destacando o arrefecimento da **inflação** e a convergência gradual para o centro da meta. "Perspectiva mais favorável sobre a economia americana melhora, também, o cenário doméstico, considerando que os juros de lá devem ser cortados já em setembro, aliviando prêmio de risco por aqui." Moreira acrescenta que, no âmbito doméstico, "a economia brasileira segue aquecida, com expectativa maior para o **PIB** de 2024, acima do que o mercado projetava há poucos meses, com desemprego ainda bastante contido".

Segundo ele, "o cenário macroeconômico positivo se reflete nas expectativas de lucro das empresas, marginalmente maiores, o que se transmite para os preços de ativos", como ações.

"A Bolsa brasileira segue bastante descontada, na comparação com os pares emergentes e também em relação a seu padrão histórico.

A razão Preço/Lucro permanece abaixo de oito vezes, considerando média histórica a 11 vezes", observa.

**Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>**

# Galípolo explica por que Copom cogita elevar Selic

&#9632; CINTHYA OLIVEIRA

A mudança de câmbio dos últimos meses, o crescimento econômico brasileiro e a oscilação da expectativa em torno da política monetária dos EUA justificam a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de deixar claro ao mercado financeiro que existe uma real possibilidade de aumentar a taxa Selic hoje em 10,5% ao ano, num breve futuro. Esse foi um dos temas trazidos pelo diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, em uma edição do Conexão Empresarial, ontem.

A variação do preço do dólar foi um dos pontos destacados por Galípolo, em uma conversa de 40 minutos com empresários no Espaço Meet "Temos a perspectiva de um real mais desvalorizado. Saímos de março com uma projeção de valorização no câmbio, de R\$ 4,95, R\$ 5, para dali um tempo o câmbio chegar a R\$ 5,90, e hoje estar em torno de R\$ 5,40. Além dessa variável, temas também um crescimento econômico, uma atividade econômica maior do que a esperada, mais resiliente".

Questionado por O TEMPO por que o Brasil continua no topo do ranking dos juros reais mais altos do mundo, mesmo tendo uma **inflação** controlada há mais de um ano e meio, Galípolo disse que a meta de **inflação** é 3% - e não 4,5%, por conta da tolerância do acréscimo de 1,5%. Atualmente, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é de 4,5%, e o menor indicador dos últimos meses foi 3,69%, em abril deste ano.

Juros reais são a diferença entre a taxa básica e a **inflação**. Turquia e Rússia são os únicos países com juros reais maiores do que o Brasil. "Com certeza existe um amplo debate na sociedade de por que razão o Brasil convive com uma taxa de juros considerada mais elevada quando comparada com os seus pares. Mas é um assunto absolutamente mais estrutura, completou.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Minha Casa Minha ruma para recorde de contratações

**Fernando Exman e Ana Luiza Tieghi De Brasil ia e São Paulo**

Otimista com a demanda verificada em todas as regiões do país, inclusive Norte e Nordeste, o Ministério das Cidades projeta fechar 2024 com um número recorde de contratações do programa Minha Casa, Minha Vida. A expectativa considerada conservadora é de 620 mil unidades contratadas até o fim do ano, ante as 491.209 de 2023. Mas, segundo o Valor apurou, afirma-se no governo que esse número possa chegar a até 650 mil.

Mais do que isso poderia representar um risco à sustentabilidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), diz uma fonte, apesar de também haver a percepção de que sem um "freio" essa marca pudesse chegar a 700 mil devido à alta demanda. A meta citada na mensagem presidencial enviada ao Congresso neste ano é que o MCMV proporcione a contratação de, no mínimo, 2 milhões de unidades habitacionais de 2023 a 2026.

Segundo dados do Ministério das Cidades, deve ocorrer aumento de contratações em todas as regiões do país. No Norte, após 9.758 unidades em 2022 e 12.892 em 2023, a atual expectativa é registrar uma alta de 34% neste ano, somando mais de 17 mil, a despeito do baixo número de empresas que atuam no âmbito do programa nesses Estados. No Nordeste, a projeção é chegar a 123,2 mil contratações neste ano, alta de 30% em relação às 94.735 unidades do ano passado.

Em 2022, foram 74.463.

A expectativa do governo em relação ao Centro-Oeste é chegar a 70.730 contratações ao fim de 2024, ante 52.261 do ano passado e 40.875 em 2022. Quanto ao Sudeste, o aumento projetado no período seria de 24%, indo a 296.679.

E em relação ao Sul, o avanço seria de 34%, para 124.034. As contratações verificadas em 2022 nessas duas regiões foram de 189.557 e 68.713, respectivamente.

Segundo fontes do governo, além do aquecimento do mercado de trabalho, esses dados resultam de medidas como a elevação dos subsídios, redução de

taxas de juros e extensão de prazos de amortização.

Os lançamentos de apartamentos no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) cresceram 87% no segundo trimestre, na comparação com o mesmo período de 2023, e 66% no primeiro semestre, ante os primeiros seis meses do ano passado, segundo o indicador imobiliário da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), elaborado pela consultoria Brain com dados de 221 cidades.

As vendas subiram 46% na comparação com o segundo trimestre de 2023 e 37% ante o primeiro semestre do ano passado.

Para Renato Correia, presidente da CBIC, isso mostra a resposta do setor da construção às mudanças realizadas no programa habitacional no ano passado, com aumento de limite máximo para as unidades, redução de juros e aumento de subsídios. "Leva um ano para realmente mudar de patamar." As unidades do MCMV representavam, no segundo trimestre, 31% dos apartamentos novos disponíveis para compra no país.

Mesmo com o avanço forte no lançamento de novos apartamentos no MCMV nas cidades analisadas, a oferta de unidades do programa no segundo trimestre era suficiente para abastecer o mercado por 7,5 meses, ante 8,5 meses há um ano.

Para Celso Petrucci, economista chefe do Secovi-SP e que apresentou os dados da CBIC em entrevista coletiva nesta segunda-feira (19), isso mostra que as empresas podem continuar fazendo lançamentos, pois a oferta está baixa.

Correia diz estar preocupado com o volume de recursos do **FGTS** disponíveis para a política habitacional.

Neste mês, o orçamento do fundo para o programa foi ampliado em R\$ 22 bilhões, para R\$ 140 bilhões. Ele cita o **saque-aniversário** e o uso do **FGTS** para crédito consignado como fatores preocupantes, porque desviariam recursos que podem ir para habitação.

Recentemente, o Ministério das Cidades já reduziu a participação que o fundo pode ter no financiamento de imóveis usados e impôs um teto de R\$ 270 mil ao

preço desses imóveis. O aumento do uso de recursos do fundo para unidades usadas era reclamação do setor da construção.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961?page=4  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187961?page=4&section=1)**